

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2017-2021**-----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA – PRIMEIRA REUNIÃO REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE.**-----

-----**ATA NÚMERO TRÊS**-----

----- Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, primeira reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária, em exercício e Segunda Secretária.-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, foi substituído nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César).-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Luis Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria, José Luis Sobreda Antunes, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria Cristina da Fonseca Ataíde Castel-Branco Alarcão Júdice, Maria do Carmo do Amaral Cabral da Câmara Pereira Muñoz, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira,

Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira, Rita Maria Oliveira Calvário, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Pedro Costa Lopes, Rute Sofia Florência Lima de Jesus, Silvino Esteves Correia, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Margarida Afonso, Natacha Machado Amaro, Nuno Miguel dos Santos Silva, José Roque Alexandre, Ana Margarida Morais, Maria Capitolina Marques, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Pedro Miguel Tadeu Costa, António Miguel Silva Avelãs, Mário Nelson Morais Freitas, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, e Nuno Manuel Valentim de Sousa Vitoriano. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Margarida Afonso. -----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Ana Sofia de Oliveira Dias Figueiredo (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Penha de França, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputada Municipal Maria Capitolina Marques. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo. -----

----- Rui Paulo Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre. -----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Santos Silva. -----

----- José Manuel Rodrigues Moreno (PS), pelo período de 6 a 22 de novembro, sendo substituído pela Deputada Municipal Ana Margarida Morais. -----

----- Mafalda Ascensão Cambeta (PSD), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Nuno Manuel Valentim de Sousa Vitoriano. -----

----- João Diogo Santos Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Bentes Penedo. -----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Natacha Amaro. -----

----- Raul Santos (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Freitas. -----

----- Maria Teresa Craveiro (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal António Avelãs.-----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores João Paulo Saraiva, Miguel Gaspar, Paula Marques, Ricardo Robles e José Sá Fernandes-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Maria Assunção Cristas, João Gonçalves Pereira, Maria Conceição Zagalo, João Pedro Costa, Carlos Moura e Nuno Correia da Silva.-----

----- Às quinze horas e treze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Senhores Vereadores que não os vejo aqui, mas já estão alguns.-----

----- “Queria pedir que ocupassem os vossos lugares, também assessores, convidados, jornalistas, pedia que ocupassem os vossos lugares para podermos iniciar a Sessão, uma vez que já temos quórum.-----

----- A nossa prática aqui é não atrasar o início das sessões. Vejo vários grupinhos de Senhores Deputados de pé, peço que ocupem os vossos lugares. O Senhor Vereador João Paulo Saraiva também, se faz favor.-----

----- Senhoras Deputadas e Senhores Deputados uma vez que não me estão a dar atenção, nós vamos começar a Sessão, mesmo com os Senhores Deputados de pé e peço que, realmente, tomem atenção, ao que se vai passar nesta Sessão.-----

----- Tenho algumas informações a dar aos Senhores Deputados, a primeira julgo que uma notícia feliz, O nossa colega Deputado Primeiro-Secretário e a nossa colega Deputada Sofia Oliveira Dias acabam de ser, respetivamente, pai e mãe de um casal de gémeos, de maneira que ficam a saber. Lisboa não acaba e, portanto, sejam bem-vindos estes 2 bebés lisboetas à nossa cidade.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- “Nós temos várias pessoas inscritas, eu provavelmente vou começar por dar a palavra às pessoas inscritas, ao público inscrito.-----

----- Pedia que, realmente, se sentassem. As pessoas que ainda estão de pé, pedia que se sentassem, se não são Deputados, que saíssem do espaço do plenário para podermos ouvir o público e condições de dignidade.-----

----- Senhora Dona Ana Paula Pereira da Costa, é uma questão de habitação e penso que urgente também. Portanto, vamos ouvi-la.-----

----- São 3 minutos que temos aqui para a ouvir, faça favor.”-----

----- **A Muniçipe Senhora Ana Paula Pereira da Costa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Boa tarde, eu vinho aqui apelar porque estou numa situação, neste momento, um bocado complicada da minha vida.-----

----- Eu estou muito nervosa, peço desculpa.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Dona Paula, tranquilamente. Se tiver documentos para entregar nós aceitamos os seus documentos. Tranquila.”-----

----- **A Muniçipe Senhora Ana Paula Pereira da Costa**, no uso da palavra, continuou:-----

----- “Eu vim aqui apelar porque, neste momento, vou entrar no desemprego, como já estive anteriormente, e por motivos de não ter habitação, viver conjuntamente com a minha mãe. Tive que ocupar uma casa da Câmara. Neste momento, tem ordem de despejo.-----

----- Fui pedir a ajuda da Assistente Social onde foi-me negada ajuda. Disse-me que não me podia ajudar.-----

----- Então eu fui à Associação Habita, o direito de habitação, pedir ajuda para ver se consigo uma habitação para mim e para o meu filho. Tenho a guarda de um menor. ----

----- E não sei que fazer da vida, porque é assim: uma pessoa sem casa, sem nada, é um bocado complicado, não é?! E não sei o que vou fazer com o meu filho, não tenho para onde ir. A minha mãe não me quer em casa dela, os meus irmãos também, vou ficar no desemprego, o meu contrato acaba dia de 8 deste mês, vou ficar no desemprego, não tenho direito ao fundo de desemprego.-----

----- Eu só apelo para à Senhora Vereadora para rever o meu problema.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra perguntou: -

----- “Vamos lá por partes. Primeira coisa a Senhora Dona Paula já se inscreveu a pedir uma habitação municipal?”-----

----- **A Muniçipe Senhora Ana Paula Pereira da Costa**, no uso da palavra respondeu:-----

----- “Sim, já estou inscrita.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito bem. Aquilo que lhe disse a Assistente Social que não podia alterar, na verdade não pode, porque as casas da Câmara são atribuídas por concurso, não podem ser as pessoas a forçarem a entrada e irem para casas que não lhes foram atribuídas.-----

----- Portanto, isso não pode ser feito. E portanto está, realmente, numa situação irregular.-----

----- A Vereadora tem procurado analisar estas situações com muito cuidado para não criar problemas maiores ainda àqueles que a Senhora Dona Paula já tem, mas nós não podemos consentir, aquilo que fez, evidentemente, fez por necessidade, não temos dúvida sobre isso, mas a verdade é que as pessoas inscrevem-se para obter uma casa da Câmara e a casa é atribuída de acordo com a sua pontuação.-----

----- A 1ª coisa que eu vou verificar é pedir para ser analisado o seu processo, qual é a pontuação que teve nesse pedido, quando é que foi que fez o pedido de casa?”-----

----- **A Muniçipe Senhora Ana Paula Pereira da Costa**, no uso da palavra respondeu:-----

----- “Já é a 2ª vez que eu faço o pedido da Câmara e também estou inscrita nas bolsas.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Certo. E sabe as pontuações?” -----
----- **A Muniçipe Senhora Ana Paula Pereira da Costa**, no uso da palavra
respondeu:-----
----- “Tenho ali o papel que vai ser entregue.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Muito bem, mas eu posso também perguntar. É no seu nome que está o
pedido?” -----
----- **A Muniçipe Senhora Ana Paula Pereira da Costa**, no uso da palavra
respondeu:-----
----- “Sim, é em meu nome”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
-----“Portanto, vamos analisar o processo. Pedir à Vereadora para analisar o processo
e veremos quais são as soluções. -----
----- Agora há uma coisa que eu queria chamar a atenção, quer da Senhora Dona Ana
Paula, quer dos Vereadores quer, sobretudo, de todos os Senhores Deputados
Municipais presentes, neste momento, não há nenhum programa, nenhum programa
para dar solução a situações de despejo originadas por tribunal ou por decisão
administrativa, relativa a uma ocupação ilegal. Não há nenhum programa que dê
resposta a estas situações, nenhum! -----
----- Portanto, como está neste momento em discussão, eu peço a vossa atenção!
Como está neste momento em discussão uma Proposta do Governo chamada ‘nova
geração de políticas de habitação’, está em consulta pública até ao dia 16 de
Dezembro, talvez fosse oportuno esta Assembleia, ou alguns partidos políticos, ou
aqueles que assim o entendessem, fazerem chegar, através desta consulta pública, a
necessidade de se criar um programa para dar resposta a estas situações. Não há
nenhuma resposta, quer seja uma situação de despejo judicial quer seja um despejo
administrativo, tem havido vários, noutros concelhos. Não há nenhuma resposta. -----
----- A Segurança Social não responde, a pessoa se ficar desempregada, em princípio
tem subsídio de desemprego, se ficar doente tem subsídio de doença, enfim, se tiver
alguma fatalidade, tem ajudas, se tiver doente pode ir ao hospital se ficar sem casa,
não há solução nenhuma. -----
----- Portanto, temos bem consciência que isto é um problema muito grave. No seu
caso em concreto, vou pedir à Vereadora para analisar com todo o cuidado e ver o que
é que pode fazer e que prazo é que lhe pode dar. -----
----- Na situação em geral, infelizmente, o seu caso não é único e, portanto, nós temos
é que mudar a política, porque esta que está não é suficiente para as necessidades que
nós temos. -----
----- Portanto Senhora Dona Ana Paula, não posso dar uma resposta melhor do que
esta porque também não posso ultrapassar as regras e as leis, mas cumpre-me tomar
devida nota e fazer as diligências que eu puder fazer.” -----
----- **A Muniçipe Senhora Ana Paula Pereira da Costa**, no uso da palavra
acrescentou:-----

----- “Eu agradeço imenso a sua atenção, mas é assim, eu, sinceramente, é: tenho a minha ordem de despejo está iminente. Eu vou para a rua.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra respondeu:-

----- “Oh Senhora Dona Ana Paula, nós temos consciência disso, e por isso mesmo é que eu estou a dizer que irei alertar a Senhora Vereadora para ver que possibilidade é que ela tem, em termos de prazos. Eu não lhe posso pedir para não cumprir a lei e os regulamentos municipais, mas posso-lhe pedir para ver se ela tem alguma margem, não sei se tem ou se não tem, mas poderemos fazer esse pedido e ver como é que a poderão encaminhar e ser encaminhada. -----

----- Mas friso que não temos nenhuma resposta nem na cidade de Lisboa nem no país para este problema que, neste momento, abrange muita gente. -----

----- Muito obrigada Senhora Dona Ana Paula.” -----

----- **A Muniçipe Senhora Ana Paula Pereira da Costa**, no uso da palavra respondeu:-----

----- “Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Temos agora a Senhora Dona Diana Cristina Fernandes Borges. É também um problema de habitação, vamos ouvir.”-----

----- **A Muniçipe Senhora Diana Cristina Fernandes Borges**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos. Eu vou expor a minha situação, porque já fiz tudo, na altura, em 2013, eu mandei uma carta para a Doutora Helena Roseta, onde me deu resposta para eu me continuar a candidatar ao RAHM. Há 7 anos que eu concorro.-----

----- Eu era moradora do Bairro da Boavista, de onde tive que sair porque éramos 15 pessoas a viver numa casa tipo 4 e houve um incêndio e, na altura, disseram para fazer um pedido de desdobramento, apesar de não haver.-----

----- Abriram um processo de proteção de menores porque sofriam as minhas duas filhas, agressões verbais e físicas. Tive que arrendar uma casa em que estou de momento, agora há 4 anos, umas águas-furtadas, a casa é imensamente fria, e imenso quente no Verão. -----

----- A minha filha já caiu, uma delas é asmática. -----

----- Tenho as fotos da casa que não tem mesmo condições nenhuma para as minhas filhas. -----

----- Eu mando estas cartas para o Presidente da Câmara Municipal uma data de vezes com ajudas. -----

----- Apanhei uma depressão por causa disto, fui acompanhada, deixei de ir o ano passado, porque isto é um desespero imenso. -----

----- A minha filha de 8 anos continua cada vez pior, tem que fazer medicação na escola, acompanhamento, ter alguém ao pé dela porque ela tem 8 anos e uma de 7, onde a médica disse que se ela continuar a viver naquela casa pode ficar pior e a outra também. -----

----- Eu queria que, ao menos, me dessem uma resposta, e que me pudessem ajudar. ---

----- O meu marido trabalha e tem o ordenado mínimo e eu estou desempregada, com duas filhas sem condições nesta casa onde eu estou desesperada.-----

----- Já fiz tudo. Com o pouco que eu tenho, mandei 10 cartas e dessas 10 só me responderam 4. -----

----- A Gebalis diz que não podia fazer nada, para continuar na RAHM, a Vereadora também, a Associação de Moradores tentou-me ajudar, mas disse que o recado que a Vereadora deu foi que eu não preciso de casa porque tenho casa, não durmo na rua. ----

----- E o que eu queria dizer era: já que eu tenho casa e não durmo na rua, se ela já ajudou as pessoas que estão a dormir na rua. Se já deu um teto. -----

----- Eu não tenho possibilidades de mudar de casa porque as rendas são muito caras.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Oh Senhora Dona Diana, que queria só perceber uma coisa: a casa onde mora que tem condições precárias é uma casa privada onde paga renda ou é uma casa da Câmara?”-----

----- **A Múncipe Senhora Diana Cristina Fernandes Borges**, no uso da palavra respondeu:-----

----- “É uma casa arrendada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “E portanto, paga uma renda. Certo?”-----

----- **A Múncipe Senhora Diana Cristina Fernandes Borges**, no uso da palavra respondeu:-----

----- “Sim, 300 euros.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “E provavelmente a casa tem condições precárias é porque o Senhorio não terá feito obras? Ou por outra razão?”-----

----- **A Múncipe Senhora Diana Cristina Fernandes Borges**, no uso da palavra respondeu:-----

----- “Já falei com ele, ele diz que não dá para fazer nada na casa. Pedi tintas, também disse que me ficava de dar e até hoje não me disse nada. Também tem uma mangueira da bilha para ele trocar porque já passou o prazo desde 2012 também até agora, ainda não mudou, é uma casa mesmo sem condições. Todas as mobílias que eu levei, que a Santa Casa ajudou-me, já se estragaram com a humidade...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra perguntou: -

----- “Qual é a Freguesia Senhora Dona Diana?”-----

----- **A Múncipe Senhora Diana Cristina Fernandes Borges**, no uso da palavra respondeu:-----

----- “É o Lumiar. Vou buscar uns comeres que é o ‘desperdício zero’ que é uma ajuda que me dão pela Junta de Freguesia de Benfica, onde eu fui o mês passado mostrar estas fotos e os relatórios que eu tenho a ver se me podiam ajudar também a falar com a Vereadora para ver se me conseguiam ajudar numa habitação, porque eu não tenho mesmo...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Penso que percebemos a situação, nós não lhe podemos dar aqui uma resposta imediata, temos que analisar a situação, ver por que razão é que a casa está em condições tão precárias, saber se é necessário mandar fazer uma vistoria, se é preciso notificar o Senhorio, o que é que se passa, portanto, vamos ter que analisar essa situação.-----

----- Eventualmente para qualquer situação de emergência há uma possibilidade de apoio da Freguesia, não sei se a Senhora Dona Diana já recorreu a isso ou não. Há uma possibilidade de apoio da Freguesia. Terá que ser depois analisado o processo no sentido de ver se cumpre as condições. Mas as Freguesias podem dar apoios de emergência a agregados familiares que estão em condições complicadas. Pode ser se pode ser uma hipótese apenas para prolongar a situação em que se encontra.-----

----- Quanto aos pedidos que já fez de habitação municipal, aquilo é feita uma pontuação, o facto de a pessoa ter uma habitação, mesmo que ela seja degradada, não pontua tanto como não ter nenhuma.-----

----- Perguntou se a Câmara já alojou pessoas que não tinham casa. Já sim. Algumas pessoas sem-abrigo, diminuiu em 40% o número de pessoas sem-abrigo na cidade de Lisboa e algumas famílias que tinham casas tão precárias, provavelmente com a sua, portanto aí depende muito do resto das condições da família.-----

----- Mas tomei a devida nota, vamos mandar verificar o que é que se passa.-----

----- E alerta, mais uma vez, os Senhores Deputados que, muito provavelmente, isto já no mandato do anterior, esta questão se colocou, muito provavelmente, nós vamos ter que visitar o regulamento de acesso às habitações municipais. Sei que a Senhora Vereadora está a trabalhar nisso. Por uma razão que a sua intervenção me alertou, mais uma vez, é que as pessoas quando fazem vários pedidos para habitação e segundo me disse já fez várias vezes.”-----

----- **A Múncipe Senhora Diana Cristina Fernandes Borges**, no uso da palavra respondeu:-----

----- “Sim, a última em 2013, tive 97% de pontuação. Quando eu saí da minha mãe baixaram-me para 70%. Sempre que me dizem é porque eu não tenho ordenado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Certo! Oh Senhora Dona Diana, certo! 97% é uma pontuação bastante elevada, embora haja pessoas com pontuação mais elevada. Agora o que acontece, e é isto que eu queria alertar, tanto a si como às pessoas que nos estão a ouvir, se é que me estão a ouvir.-----

----- Nós, no nosso Regulamento atual, o facto de uma pessoa se candidatar várias vezes, não pontua nada, ou seja, a pessoa candidatou-se uma vez, três vezes, cinco vezes, e está exatamente nas mesmas condições que aquele que chega pela 1ª vez.-----

----- Eu penso que nós devíamos rever isso e que deveríamos, em relação às pessoas que se vão candidatando várias vezes, dar alguma pontuação por estarem há mais tempo à espera. Que é o seu caso.-----

----- E, portanto, isso certamente poderia ajudar. Acho que introduzia alguma justiça em termos de tempo de espera. As situações muitas vezes são tão difíceis para uns como para outros e é muito difícil dizer se esta situação é pior que aquela ou não é, mas quem está há mais tempo à espera, penso que esta é uma regra, normalmente e comumente aceite, quem está há mais tempo à espera, poderia ter mais prioridade. -----

----- Esta é uma Recomendação que nós podemos ver, portanto, neste momento, não lhe posso dar uma resposta imediata, posso sim, e penso que nos documentos tem a sua morada, posse sim tentar saber se esse já foi feita alguma vistoria à casa se confirmam e, portanto, se é possível notificar o seu proprietário que deve dar melhores condições e apelar aos Senhores Deputados e à Câmara para uma revisão do Regulamento melhorando aqui alguns aspetos que poderão permitir alargar o acesso à habitação de pessoas que estão há mais tempo à espera.-----

----- Senhores Deputados, vamos agora ouvir a nova intervenção do Senhor Nadir Bonaccorso. Vem falar de um assunto que, por caso, nós vamos discutir hoje. Portanto, é interessante vir em cima do acontecimento. Tem a ver com o ruído noturno e usurpação de direito ao descanso e refere também umas obras ilegais na Rua de São Paulo.”-----

----- **O Município Senhor Nadir Bonaccorso**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Eu sou Nadir Bonaccorso, represento a minha família de 5, com um menor, residentes na Rua de São Paulo 126, Cais do Sodré.-----

----- E estou aqui também em qualidade de coadministrador do próprio prédio e venho por este meio solicitar a vossa atenção relativamente ao que está a acontecer no nosso prédio e no nosso bairro.-----

----- Desde Janeiro de 2015 foram alugadas as 2 lojas por baixo do nosso prédio com finalidade restauração. Vou falar só de uma porque, na realidade, a 2ª loja, na Rua de São Paulo 124, cumpriu à letra tudo o que se empenhou a fazer e, por isso, respeita plenamente o direito de descanso e tudo o mais do prédio.-----

----- Venho aqui falar do bar discoteca ‘Stúpido’ do Vhils. Os inquilinos e proprietários garantiram, desde 2015 e até à última reunião de condomínio em Junho de 2017, que o espaço seria um restaurante/pizzaria. Em reuniões de condomínio foi sempre alertado para o proprietário e para os inquilinos que a instalação de um bar discoteca seria inconciliável com a destinação de uso do prédio, que continua a ser habitação própria e alguma residência ao abrigo do alojamento local.-----

----- O condomínio frisou ainda, em Ata lavrada em 2015, que nenhum aparelho de ar, tais como quaisquer equipamentos de extração e insuflação poderia ser colocado nos espaços comuns, especialmente no saguão de tardo que providência a entrada de ar para os 5 apartamentos do lado direito.-----

----- A própria lei proíbe a intervenção em fachadas sem licenciamento e sem projeto para verificação estrutural em estrutura portante. Este saguão comum com altura de 5 pisos configura-se, também, com caixa de som pelo que qualquer barulho,

proveniente de elementos metálicos ou ventilação deste bar, é transmitido a todos os pisos.-----

----- Este processo passou por várias calamidades ao longo deste ano e meio fruto da provável ausência de técnicos em competência, não sei. Os trabalhos decorreram sem alvará exposto publicamente, foram embarcados mas, mais do que tudo, foram feitos em plena má-fé.-----

----- Apesar de todos os nossos contactos diretos e esforços para minimizar os danos, no dia 29 de Agosto de 2017 o espaço inaugurou e, com a nossa grande surpresa, não era um restaurante, era um bar discoteca.-----

----- O espaço tem alvará de restauração não tem tratamento de alimentos e parece ser uma fachada legal para o verdadeiro objetivo que é ser uma discoteca, fazer concertos como muito bem foi publicitado nos maiores jornais do país. O bar discoteca ‘stúpido’ do Vhils, inaugurou com equipamento de ar condicionado colocado no espaço comum, no tal saguão, em pleno desacordo com a Ata de condomínio...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu:-----

----- “Senhor Nadir Bonaccorso, já terminou o seu tempo. Não sei se tem escrito, mas se tem escrito, nós ficaremos com isso integralmente.”-----

----- **O Município Senhor Nadir Bonaccorso**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Tenho escrito. Vou então só resumir as conclusões?”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra respondeu:-

-----“Certo!”-----

----- **O Município Senhor Nadir Bonaccorso**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito bem.-----

----- Bom, são 85 dias que nós vivemos num inferno, o espaço não está isolado e eles utilizam isso como discoteca, as vibrações não nos deixam dormir até às 2 ou 3.-----

----- Na minha rua em Lisboa, a Polícia Municipal e a PSP já nos conhece.-----

----- Por isso, tivemos uma reunião na Câmara ontem, com o Senhor Assessor Eduardo Magalhães, correu perfeitamente, acho que a Câmara está perfeitamente consciente e está a atuar, dentro dos seus limites.-----

----- No entanto, temos aqui questões delicadas: o Licenciamento Zero em edifícios de habitação sem controlo, é uma temática sobre a qual todos nós como cidadãos e vocês como executivo terão que refletir.-----

----- Em consequência, o que é que está a afetar a praça e as áreas que estão focadas para esta finalidade, nós temos festivais de música quase diários sem os equipamentos necessários para desenvolver um festival num recinto fechado, a cidade está a ficar, pelo menos nosso Cais do Sodré, e eu vivo ali há 20 anos, uma Lisbolândia. E gostava que isso fosse tomado como aviso.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada pelo problema que aqui trouxe.-----

----- Iremos, naturalmente, solicitar, eu não sei se o Assessor com quem falou é do Senhor Vice-Presidente ou do Senhor Vereador Manuel Salgado.-----

----- O Assessor é do Senhor Vereador Duarte ou Senhor Vereador Manuel Salgado? --

----- Do Vice-Presidente, Duarte Cordeiro, certo.-----

----- Nós iremos de qualquer maneira, porque também há obras ilegais.-----

----- Aqui temos 2 problemas, um problema é o ruído noturno com um espaço de diversão fora de horas e há um regulamento sobre essas matérias.-----

----- Estou a ver aqui a Senhora Presidente da Junta de Freguesia e fazer que sim com a cabeça. O regulamento não está a ser cumprido, temos que atuar.-----

----- Em 2º lugar, poderá haver obras ilegais e isso compete ao Vereador que tem o pelouro do Urbanismo, mandar verificar o que é que se passa a embargar se for o caso.-----

----- Em todo o caso queria também informá-lo que nós vamos votar hoje aqui, penso eu, pelo menos pela forma como correu a preparação desta reunião, em princípio, será aprovada, uma Proposta apresentada pelo PSD no sentido de se fazer um debate temático nesta Assembleia sobre os problemas da qualidade de vida noturna na cidade de Lisboa e a segurança também, a segurança noturna cidade de Lisboa. Esse debate vai ter lugar nas 2 primeiras terças-feiras de dezembro, portanto, dia 5 e dia 12.-----

----- Portanto, tome já aí nota, porque é um debate aberto aos cidadãos em que as pessoas podem vir expor problemas. Haverá também entidades que são convidadas a falar e nós queremos que a Assembleia aprofunde esta matéria que o Senhor aqui nos trouxe e que tome medidas e, portanto, vamos chamar especialistas sobre as várias questões, para podermos, no fim, haverá um relatório preparado por relatores designados pela Assembleia, para estudar esta matéria e apresentar Propostas de deliberação que nós depois apresentamos às entidades competentes.-----

----- Portanto é muito oportuna a sua intervenção, não no sentido de eu a poder resolver, agora já, mas no sentido que esta Assembleia está muito empenhada em aprofundar este assunto e vai fazê-lo já, no mês de Dezembro.-----

----- Portanto, era isso que queria transmitir. Muito obrigada.-----

----- Temos agora um nosso conhecido, o Senhor José António do Espírito Santo Marin, tem vindo aqui várias vezes, e o problema, portanto, se volta cá, é porque o problema não está resolvido.”-----

----- **O Município Senhor José António do Espírito Santo Marin**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhora Presidente.-----

----- Infelizmente, ontem à noite decidi vir cá, porque de tenho mais factos para comunicar.-----

----- Começo por assinalar que o meu patrono ainda não foi contactado. Na passada semana, exatamente no dia seguinte à minha intervenção aqui na AML, o prédio foi colocado novamente à venda.-----

----- A gostaria imenso que a Senhora Presidente fizesse o favor, se me pudesse esclarecer, se o prédio foi posto à venda e como foi posto novamente à venda, a Câmara pode ou não o direito de preferência.-----

----- Estou equivocado quando me parece que isso fazia parte do seu programa eleitoral? Ontem voltei a saber que, no final do passado mês recebi uma convocatória para revalidar o RSI à qual faltei. Vou entregar o comprovativo daqui a bocado, já fui à Segurança Social, a caixa do correio é constantemente vandalizada, no dia que isso terá acontecido, terá sido antes do dia um de Novembro, antes de terem saído as famílias numerosas que lá estavam.-----

----- Agora tenho mais um problema acrescido em cima de mim, a Segurança Social ameaça despende-me o RSI.-----

----- Agora vamo-nos circunscrever à minha rua, salientando ser o meu prédio e a correnteza que o envolve, a correnteza de prédios em frente, pertence à Junta da Penha de França e prolonga-se até perto do futuro Jardim do Caracol da Graça e do meu lado pertence à Junta de Freguesia de Arroios e são, portanto, são os últimos vestígios do velhinho Bairro Brás Simões que a Junta de Freguesia de Arroios e a Junta de Freguesia da Penha muito bem assinalam constantemente.-----

----- Saliento ainda o facto de nesta mesma zona da cidade estarem a crescer, é um ponto positivo, estão a crescer vários polos culturais.-----

----- E venho lembrar que tentei por todos os meios, no extinto Espaço Ativo, alavancar um projeto de empreendedorismo social, tendo frequentado 2 cursos da Dianova. O 1º, eu tive de abdicar de receber uma bolsa, tive de assinar uma documentação conforme eu não podia ter uma conta de serviços mínimos, porque não tinha arrendamento e, no 2º, frequentei eu e as pessoas que lá estavam, por exclusivo interesse, porque não havia uma bolsa.-----

----- Depois, vou tentar detalhar rapidamente o que é que se passa no prédio. Está-se a transformar numa zona de ninguém. Estou eu e os vizinhos que ali moram nos prédios circundantes com medo que haja um incêndio conforme houve no prédio em frente, no número 28, e na cidade de Manchester aqui há uns anos.-----

----- Eu falei com o Senhor Presidente da Penha de França a quem muito agradeço que a semana passada mostrou-se interessado. Não tive tempo de falar com a Senhora Presidente dos Anjos, não tenho tempo para tudo...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu:-----

----- “Senhor José António acabou o seu tempo e a Senhora Presidente da Penha de França acaba de ter 2 bebés hoje, portanto estará mais ocupada hoje com outros assuntos. De qualquer maneira faça favor de concluir.”-----

----- **O Múncipe Senhor José António do Espírito Santo Marin**, no uso da palavra continuou:-----

----- “É rápido. Estou imensamente apreensivo com toda a qualidade de problemas variados: A porta do prédio está constantemente aberta, o lixo acumulado na zona circundante e no prédio 28, que está devoluto, que ardeu há anos, o barulho está outra vez a tornar-se ensurdecador, no rés-do-chão e na cave.-----

----- No dia um de novembro quando foram despejadas as famílias numerosas, desde a cave até o 2º, mais sucede que, permanentemente, numerosos indivíduos da cave e do rés-do-chão, quando eu os insto a fecharem a porta eles dizem invariavelmente, num

português arrevesado, porque eles nem sequer, eu nunca os lá vi, e falam um português arrevesado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Senhor José António, tenho mesmo que pedir que conclua.” -----

----- **O Múncipe Senhor José António do Espírito Santo Marin**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Só consigo identificar um Senhor e uma Senhora que eu lá vejo há uns tempos.

----- Entretanto, isto é um ponto importante, a Remax foi lá, mais a advogada do proprietário abriram as portas todas de par em par, eu comuniquei, pronto, conforme pude, durante a semana à Senhora Presidente e à Senhora Vereadora.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É preciso aqui verificar várias coisas. -----

----- Acontece Senhor José António que, por vezes, entre a sua intervenção da semana anterior e esta, nós não temos tempo de obter as respostas que precisamos. O proprietário se pôs o prédio à venda terá que ter informado a Câmara de que perdia o seu direito de preferência. Neste momento, não sei se ele fez essa informação ou não e, por outro lado depois a Câmara tem que dizer se quer ou não quer fazer o direito de preferência. -----

----- A Câmara não compra todos os prédios que estão à venda em Lisboa. Tem critérios para escolher aqueles que tem que comprar. -----

----- Agora temos aqui uma informação importante é que o proprietário teria que ter informado a Câmara, dos inquilinos que tinha, em caso de venda, dos inquilinos que há no prédio, e não sei se ele fez essa informação e, portanto, se não fez já está a cometer uma ilegalidade, porque, neste momento, a legislação sobre obras em prédios arrendados e vendas a terceiros de prédios com inquilinos, obriga a que a Câmara seja informada, e o inquilino também, de qual é o meu valor da venda, quando é que vai ser, e quantas pessoas é que lá tem dentro. -----

----- Eu não sei se o próprio Senhor José Marin foi informado desta venda? Se não foi, mal está. Porque como inquilino tem direito de preferência também, não é só Câmara que tem, o próprio inquilino também tem. -----

----- Eu sei que o Senhor José Marin, neste momento, não teria, provavelmente, condições para comprar. Mas tinha o direito de saber, é isso que eu estou a perguntar.” -----

----- **O Múncipe Senhor José António do Espírito Santo Marin**, no uso da palavra respondeu: -----

----- “Posso só esclarecer uma coisa? Eu, no *email* que enviei à Senhora Presidente e à Senhora Vereadora, conforme pude, estava lá detalhada a Proposta que eles me fizeram.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Certo, portanto, pelo menos, fizeram-lhe uma Proposta, portanto, houve essa diligência. Correto. -----

----- Tenho que analisar o caso todo e também, eventualmente, podemos fazer alguma diligência junto da Segurança Social porque se a convocatória para a renovação dos documentos do RSI, o Senhor não recebeu por vandalização da sua caixa de correio, penso que a Segurança Social poderá atender a essa circunstância.-----

----- Seja como for, vou pedir ajuda também aos serviços sociais da Freguesia da Penha de França para que ajuda é que podem dar nesta circunstância mais iminente. ---

----- E é tudo o que tenho para dizer. O seu caso é bastante complexo, nós aqui na Assembleia Municipal não temos poder de decisão, apenas fazemos circular a informação pelas entidades todas que intervém. Vou tentar fazer essas diligências, mas não tenho poder de decisão, não me compete a mim decidir. -----

----- Quanto a isso do direito de preferência, vou perguntar se realmente a Câmara foi avisada ou não, relativamente à morada na rua Cardiff que temos aqui no processo. Se a Câmara foi avisada da venda do prédio.-----

----- E pronto, Senhor José António para já não tenho mais nada para lhe acrescentar, mas tomámos nota destes novos factos que trouxe aqui. Muito obrigada. -----

----- Temos ainda mais uma pessoa inscrita. Como sabem, Senhores Deputados, temos, normalmente 5 inscrições e às vezes há mais uma ou 2 pessoas que aceitamos como suplentes para não ficarem à espera da próxima Sessão, portanto, eu penso que o poderemos fazer. A nossa Sessão hoje não está sobrecarregada. Temos uma pessoa suplente e penso que a podemos ouvir. -----

----- Portanto, agora vamos ouvir a Senhora Maria Judite que também é muito conhecida nossa, como está? Já estava com saudades nossas se calhar. Seja bem-vinda, boa tarde, diga-nos lá de sua justiça.” -----

----- **A Múncipe Senhora Maria Judite Cerveira Pires Carvalho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, é assim, eu venho aqui mais uma vez para que a Senhora tenha conhecimento daquilo que se está a passar lá na casa. -----

----- É assim: obras nenhuma, o levante de arrendamento é mais um. Portanto, nós continuamos a dizer e a fazer aquilo que temos e aquilo que não temos pela renda da casa. Os ordenados pequenos, o meu marido sempre internado, o meu filho não tem ido trabalhar porque teve uma depressão.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra perguntou: -

----- “Oh Senhora Dona Maria Judite, recorde-me. Havia obras a fazer na sua casa, que é municipal, certo?-----

----- A sua casa é Municipal ou é privada?” -----

----- **A Múncipe Senhora Maria Judite Cerveira Pires Carvalho**, no uso da palavra respondeu: -----

----- “É, é a Gebalis. -----

----- Portanto, eu vinha só perguntar se realmente há possibilidade de eles baixarem a renda. Aumentam! Eu não sei como é que isto acontece na minha casa. Na minha casa e nos outros não.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra perguntou: -

----- “A Senhora Dona Maria Judite por acaso tem aí o documento desse aumento da renda que diz que recebeu? Que eu possa ter? Recebeu alguma notificação, algum papel com esse aumento de renda? Que era para eu perceber qual é a razão desse aumento.” -----

----- **A Muniçipe Senhora Maria Judite Cerveira Pires Carvalho**, no uso da palavra respondeu: -----

----- “Eu sou inquilina da Câmara há 60 anos.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “É que eu assim só pela sua palavra, não consigo perceber a situação. -----

----- Podem ter acontecido várias coisas: pode ter sido chamada para apresentar os seus rendimentos e ter-se chegado à conclusão que o cálculo da renda estava mal feito; pode ter acontecido que a sua renda estivesse em faseamento, no 1º ano aumentava um bocadinho, no 2º ano aumentava um bocadinho e no 3º ano aumentava mais; pode ter sido essa situação. Foi essa situação?” -----

----- **A Muniçipe Senhora Maria Judite Cerveira Pires Carvalho**, no uso da palavra respondeu: -----

----- “Exatamente, aconteceu, mas agora...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Pronto, a partir daí, já não aumentaria mais, aumentava só até ao limite do faseamento. -----

----- A sua queixa anterior era umas obras que a Câmara deveria fazer lá na sua casa e que não foram feitas?” -----

----- **A Muniçipe Senhora Maria Judite Cerveira Pires Carvalho**, no uso da palavra respondeu: -----

----- “Não foram feitas, e não ser feitas tão depressa.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “O que me está a dizer é que lhe aumentaram renda, mas as obras não foram feitas.” -----

----- **A Muniçipe Senhora Maria Judite Cerveira Pires Carvalho**, no uso da palavra respondeu: -----

----- “É isso Doutora, está aqui...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Era isso que eu queria ver para perceber, pronto, muito obrigada. -----

----- Eu peço desculpa, mas estas coisas têm uns pormenores e a gente não consegue dizer nada de jeito nem ajudar ninguém se não percebermos o que é que se passa. -----

----- Senhora Dona Maria, vamos analisar isso, vou perguntar à Senhora Vereadora que me informe através da Gebalis o que é que se passa relativamente à questão da obra, se está prevista a empreitada e quando é que está prevista para lhe podermos responder. Certo? Muito obrigada. É uma cópia? Muito bem. -----

----- Vamos dar então palavra à última pessoa inscrita que é a Senhora Dona Maria de Fátima Pires Cadavez que nos vai falar de um problema relacionado com taxas turísticas.” -----

----- **A Muniçipe Senhora Maria de Fátima Pires Cadavez**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. Eu só desejo um esclarecimento sobre as taxas turísticas sobre cidadão nacional e cidadão estrangeiro, que agora estou um bocado baralhada. O cidadão nacional paga taxa turística? Tem que pagar?”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu penso que a questão não é a separação entre nacional e estrangeiro, a questão é se está a praticar turismo ou não está a praticar turismo. -----

----- Portanto, a taxa turística é pelas dormidas. Também não sou capaz de responder agora neste momento. -----

----- Senhora Maria de Fátima, sou capaz de lhe responder, mas sou capaz de lhe responder por escrito muito brevemente. Neste momento aqui não sei de cor responder-lhe. Também não posso dar a palavra ao Vereador que lhe responderia, de certeza, porque tem o regulamento na ponta da língua. Mas tomei nota da sua questão, temos aqui o seu *email* e vai receber resposta por escrito. Certo?”-----

----- **A Muniçipe Senhora Maria de Fátima Pires Cadavez**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É porque eu quero saber...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhora Dona Maria de Fátima eu percebo que queira saber, mas eu não lhe consigo dizer de cor. Tenho que fazer a pesquisa para lhe poder responder.”-----

----- **A Muniçipe Senhora Maria de Fátima Pires Cadavez**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada pela sua intervenção.-----

----- Senhores Deputados terminámos a parte do público.-----

----- Agora antes de entrarmos na Ordem de Trabalhos, temos que resolver aqui mas questões relacionadas com suspensões e justificações de faltas, que eu vou passar a dar notícia.”-----

----- O Senhor Deputado Carlos Barbosa que, na reunião anterior pediu a justificação de uma falta à tomada de posse. Tomou, entretanto, posse e veio pedir, logo a seguir, a suspensão do seu mandato por um período de 180 dias e alegou ponderosas razões de ordem pessoal que determinam a impossibilidade de exercer cabalmente o seu mandato na Assembleia Municipal de Lisboa. Este motivo insere-se no disposto no Regimento da Assembleia Municipal e na Lei e, portanto, tem que ser submetida à apreciação da Assembleia Municipal. -----

----- Portanto aquilo que eu vou perguntar é: relativamente ao pedido de suspensão de mandato, por 180 dias do Senhor Deputado Carlos Barbosa. -----

----- Vamos passar à votação do **pedido de suspensão do Deputado Municipal Carlos Barbosa**. Não há votos contra, abstenções do BE, votos a favor do PS, PSD,

CDS-PP, PCP, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. O **pedido de suspensão do Deputado Municipal Carlos Barbosa** foi aprovado **por maioria**.-----

----- A suspensão de mandato foi aprovada por maioria e, portanto, está autorizado. ----

----- A vaga aberta pela suspensão do Senhor Deputado Carlos Barbosa é preenchida pela, também nossa muito conhecida, cidadã Rosa Maria Carvalho da Silva, já está tudo confirmado e, portanto, neste momento, a Senhora Deputada Rosa Maria Carvalho da Silva assume as suas funções e seja bem-vinda novamente a esta casa. ----

----- **APRECIACÃO DO PEDIDO DE JUSTIFICAÇÃO DE FALTA DO CIDADÃO RODRIGO MARIA SANTOS DE MELLO GONÇALVES, NOS TERMOS LEGAIS E REGIMENTAIS; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- Vamos então passar agora à situação do Senhor, do cidadão Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves que não esteve presente na Sessão Extraordinária da semana passada, para a qual tinha sido convocado para substituir o Senhor Deputado José Eduardo Martins cujo mandato foi suspenso por esta Assembleia, ou foi aceite a suspensão por esta Assembleia. Apresentou a sua justificação de falta alegando que, nesse período que decorreu essa Sessão, esteve ausente do país. Regressou a 17, a Sessão foi no dia 14 e, portanto, não podia estar presente e, de acordo com a legislação, nós temos que apreciar esta justificação de falta que também está de acordo com o que está previsto na lei, portanto, vou pôr à consideração a justificação de falta por ausência de Portugal, do Senhor Deputado Rodrigo Maria Mello Gonçalves -----

----- Vamos passar à votação do **pedido de justificação de falta do Deputado Municipal Rodrigo Maria Mello Gonçalves**. Não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. O **pedido de justificação de falta do Deputado Municipal Rodrigo Maria Mello Gonçalves** foi aprovado **por unanimidade**. -----

----- Está aprovada por unanimidade a justificação de falta e, sendo assim, há pouco, disse Senhor Deputado, agora sim é que posso chamar Senhor Deputado que, agora sim, assinou já o termo de identidade, seja bem-vindo à Assembleia Municipal.-----

----- Senhores Deputados, queria lembrar um pedido dos serviços, a todos os Senhores Deputados, foi-vos entregue uma *pen* com uma série de documentos nos quais estão os formulários que os Senhores Deputados têm que preencher. Os Senhores Deputados que já vêm do mandato anterior, só têm que preencher a parte do seguro e a parte da identificação. Os Senhores Deputados que estão de novo têm que preencher mais formulários, porque têm que preencher um formulário para poderem ser considerados fornecedores do município para poderem receber através dos serviços financeiros da Câmara Municipal de Lisboa, aquilo que vos é devido, como as senhas de presença pela participação nos trabalhos da Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, eu queria lembrar a todos aqueles que ainda não responderam, ou que não preencheram os papéis, que o façam rapidamente, porque se não preenchem os papéis, além de atrasar os serviços também atrasa o receber daquilo que vos é devido que, embora seja pouco, é-vos devido e é da lei e deve-vos ser pago. -----

----- Antes ainda de entrarmos na Ordem de Trabalhos, portanto, já resolvemos estas questões, há aqui 2 questões prévias que eu vos queria colocar: -----

----- O primeiro é um Voto de Pesar que eu penso que faria sentido apreciar já no início. Antes de entrarmos na discussão política. -----

----- É um voto de pesar apresentado pelo PCP, eu não sei se quer apresentar o Voto de Pesar Senhor Deputado Modesto Navarro? A Mesa lê? Eu pedia à Senhora Segunda-Secretária tem o Voto de Pesar? A Senhora Primeira-Secretária vai ler. -----

----- **A Senhora Primeira-Secretária da Assembleia Municipal, Patrocínia César,** no uso da palavra leu o Voto de Pesar: -----

----- **Voto de Pesar nº 003/06 – Pelo Falecimento de Marta Vásquez, Presidente das Mães da Praça de Maio:** -----

----- “(...) *Mas essas mulheres não arredam pé da Praça de Maio*-----

----- *Dão as mãos umas às outras e perguntam quase a medo*-----

----- *Quem os roubou*-----

----- *Quem os matou*-----

----- *Ninguém sabe*-----

----- *Ninguém viu*-----

----- *Partiram de manhã cedo*-----

----- *Foram levados por cães*-----

----- *Que encheram as ruas de medo*-----

----- *Que encheram de dor as mães (...)*-----

----- *Excerto do poema “Homenagem às Mães da Praça de Maio” de Maria Guinot*---

----- *Faleceu no passado Sábado, dia 18 de Novembro de 2017, aos 90 anos, Marta Vásquez, fundadora e presidente das Mães da Praça de Maio, depois de 40 anos de busca incansável por todos os desaparecidos e pela sua filha, María Marta Vásquez Ocampo, que, grávida, foi sequestrada juntamente com o marido César Lugones durante a ditadura militar na Argentina – 1976-1983 – no dia 14 de Maio de 1976. Segundo o testemunho prestado em 1995 do ex oficial da Marinha de Guerra da Argentina, Adolfo Scilingo relatando os “voos da morte”, nas suas declarações sobre o ocorrido em la Esma, disse que María Marta deu à luz um menino em Janeiro de 1977. Segundo este testemunho, o neto de Marta Vásquez terá nascido no centro clandestino de detenções e tortura da ditadura localizado na Escola de Mecânica da Armada Argentina.* -----

----- *Além de presidir às Mães da Praça de Maio, Marta Vásquez também liderou a Federação Latino-Americana de Familiares de Desaparecidos e trabalhou na redacção da Convenção Internacional contra o Desaparecimento Forçado de Pessoas, a qual foi aprovada pela Organização das Nações Unidas, tornando o desaparecimento forçado de pessoas um crime contra a humanidade à luz do direito internacional.*-----

----- *Marta Vásquez também integrou o Conselho Diretivo do Instituto Espaço para a Memória, de que foi nomeada presidente honorária, tendo ainda recebido da Universidade Nacional de La Plata um doutoramento honoris causa em 2015 e foi*

reconhecida como personalidade destacada da luta pelos direitos humanos pela
Legislatura de Buenos Aires, onde se realizou o seu velório.-----

----- Marta Vásquez foi guia constante na luta pelos direitos humanos,
simultaneamente humilde no trato e forte no seu carácter e nas suas convicções,
como foi recordada pelo Prémio Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel -----

----- A morte de Marta Vásquez surge num momento de grande preocupação e luta do
povo argentino, confrontado com tentativas sérias de branqueamento da ditadura
militar e de atenuação das condenações dos responsáveis pelos crimes contra a
humanidade cometidos nesse período.-----

----- Assim, o Grupo Municipal do Partido Comunista Português propõe que a
Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 21 de Novembro de
2017, delibere: -----

----- 1. Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Marta Vásquez,
guardando um minuto de silêncio em sua memória e homenagem; -----

----- 2. Remeter o presente voto de pesar para: -----

----- Organização Mães da Praça de Maio; -----

----- Embaixada da Argentina em Lisboa; -----

----- Ministério dos Negócios Estrangeiros; -----

----- Legislatura de Buenos Aires. -----

----- O Representante do Grupo Municipal do PCP, António Modesto Navarro.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigado Senhores Deputados, o voto está lido. -----

----- Eu e vou pôr à vossa consideração.-----

----- “Vamos passar à votação deste **Voto de Pesar nº 003/06** pelo falecimento de
Marta Vásquez. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD,
CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. O **Voto de Pesar nº 003/06** foi
aprovado **por unanimidade**.-----

----- Senhores Deputados, antes de fazer o minuto de silêncio, eu queria pedir o
seguinte: esta semana vai ter lugar, queria pedir aos serviços que pusessem as imagens
que eu pedi aqui no ecrã. Esta semana, no dia 25, ocorrem 50 anos das cheias de 1967.
Eu só queria pedir aos Senhores Deputados, se achassem bem que, quando fizéssemos
o minuto de silêncio por este Voto de Pesar incluíssemos nesse minuto de silêncio
também uma homenagem às vítimas das cheias 1967, uma vez que nenhuma força
política apresentou nenhum documento para ser votado mas, certamente, que a
simples evocação daquilo que foi a morte de mais de 500 pessoas aqui na zona de
Lisboa, há 50 anos, merece o respeito da desta Assembleia, portanto, se não
estivessem em desacordo com isso, não sei se as imagens podem ser mostradas, se
não podem ser mostradas, faremos mesmo sem imagens, não tem problema. Não estão
aí as imagens? Era apenas para lembrar, mas não é necessário porque as pessoas
conhecem essas imagens, os que as viveram e os que não as viveram tê-las-ão visto,
nos jornais recentemente. -----

----- Senhores Deputados. Estas são imagens da Hemeroteca de Lisboa, apenas para nos trazer à memória esta catástrofe e vamos juntar então o pesar que votámos com a homenagem às vítimas das cheias de 67.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Muito obrigada. Vamos prosseguir então que os nossos trabalhos. -----

----- **LEITURA DE EXPEDIENTE**-----

----- E agora vou pedir à Senhora Segunda-Secretária que é leia, resumidamente, o Expediente recebido nesta Assembleia Municipal desde a última Sessão Ordinária. Aliás, esta é a primeira, é o Expediente recebido desde que esta Assembleia iniciou seu mandato.-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Mesa, Virgínia Estorninho**, fez a seguinte leitura de expediente:-----

----- “Iniciativas dos Grupos Parlamentares na Assembleia da República.-----

----- Grupo Parlamentar “Os Verdes”.-----

----- 1. Perguntas dirigidas ao Ministério do Ambiente sobre:-----

----- A “Estação da rede de monitorização da qualidade do ar da CCDR-LVT”;-----

----- A “Comissão Técnica para monitorizar obras em solos contaminados no Parque das Nações, em Lisboa”;-----

----- A “Lei Prosolos – Prevenção da Contaminação e Remediação dos Solos”.-----

----- 2. Pergunta dirigida ao Ministério da Educação sobre os “atrasos na requalificação da Escola Secundária de Camões”.-----

----- 3. Dá conhecimento de dois Projetos de Resolução relativos – ao “Programa de autoproteção em caso de incêndio florestal” (Projeto de Resolução nº 1100/XIII/3º) e às “Campanhas de sensibilização e informação, estratégicas e de proximidade, destinadas a evitar a ignição de fogos florestais decorrentes de ações humanas negligentes”- (Projeto de Resolução nº 1101/XIII/3º).-----

----- Assembleias Municipais -----

----- Assembleia Municipal de Loures-----

----- Edital nº 24/2017 – 1ª Reunião de Funcionamento da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de Outubro de 2017. -----

----- Assembleia Municipal de Sesimbra. -----

----- Edital nº 116/2017 – 1ª Reunião de Funcionamento da Assembleia Municipal realizada no dia 17 de Outubro de 2017. -----

----- De Associações, recebemos do Fórum Cidadania LX. -----

----- *Email* de protesto enviado ao Excelentíssimo Senhor Provedor de Justiça sobre o imóvel sito na Avenida da Liberdade, nº 193, considerado Monumento de Interesse Público onde, em Maio deste ano, foi colocado na sua vedação o aviso de obra que implica demolição parcial do mesmo, de acordo com o projeto, aprovado por despacho, cujo teor desconhecem.-----

----- Esta foi a correspondência recebida na Assembleia.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Segunda-Secretária, vamos agora pôr à vossa consideração a aprovação da Ata número 1, que já foi feita, que é da nossa 1ª reunião.

----- Vou pôr à votação **Ata 1 de dia 26 de outubro de 2017**. Não há votos contra nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião.” -----

---- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 1, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 1 Sessão – Eleição da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada em vinte e seis de outubro de dois mil e dezassete, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: João Valente (PS), Margarida Afonso (PS), Nuno Santos Silva (PS), José Roque Alexandre (PS), Ana Margarida Morais (PS), Maria Capitolina Marques (PS), Henrique Frias Sá e Melo (PS), Pedro Tadeu Costa (PS), Rodrigo Mello Gonçalves (PSD), Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD), Nuno Vitoriano (PSD), Margarida Penedo (CDS-PP), Mário Morais Freitas (MPT), Natacha Amaro (PCP) e António Avelãs (IND).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos passar agora, antes de começar as intervenções dos Senhores Deputados que se inscreveram, lembrar aos Senhores Deputados que temos hoje uma votação e que costumamos fazer as votações não aqui no espaço do plenário, mas do vosso lado direito há uma porta ao fundo que dá acesso ao *Foyer* pequeno da Assembleia Municipal, é lá que estará a urna e que estarão os boletins de voto e, portanto, eu peço aos Senhores Deputados que, no discurso da discussão que vamos gerar agora do PAOD, vão, pouco a pouco, votando para não termos que interromper os trabalhos enquanto se processa a votação. -----

----- Trata-se de votar, é o Ponto 2 da Ordem de Trabalhos, trata-se de eleger 2 Presidentes de Junta de Freguesia, um efetivo e um suplente para, em representação das Freguesias de Lisboa, estarem no 23º Congresso da Associação Nacional de Municípios, no dia 9 de Dezembro próximo e, em Conferência de Representantes ficou assente que estas designações seguem o método de Hondt e, portanto, a aplicação do método de Hondt resulta que estas 2 indicações para o efetivo e suplente devem pertencer ao Partido Socialista que indicou já os 2 respetivos nomes. Estão lá afixados os nomes na votação e, portanto, era dar-vos esta informação. A candidata efetiva é a Senhora Deputada Municipal Rute Lima, que é a Presidente da Junta de Freguesia dos Olivais, a candidata suplente é a Senhora Deputada Carla Madeira, que é Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia. São estas as candidaturas apresentadas pelo Partido Socialista que serão colocadas à votação. O voto tem 3 opções: sim, não e abstenção. Portanto, o resto já sabem como se faz, há uma lista nominal e vão descarregando os votos na sala ao lado. -----

----- Depois, no final, quando estiver praticamente concluída a votação, eu irei pedir dois voluntários, dois Senhores Deputados voluntários para serem escrutinadores, que é também a norma que temos aqui na casa. -----

----- Portanto, Senhores Deputados está aberta a votação no *foyer* pequeno. -----

----- E vamos agora entrar nas intervenções e a Senhora Segunda-Secretária vai dar a palavra.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cândia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Os Verdes apresentam hoje três propostas.-----

----- Uma Recomendação para promover as espécies autóctones, uma vez que são bem conhecidas as vantagens destas espécies - maior adaptação às condições do solo e do clima, maior resiliência a pragas, doenças, longos períodos de seca ou de chuva intensa. -----

----- Além disso, exercem um papel importante na regulação e melhoria do clima e no sequestro de carbono, contribuindo para o combate às alterações climáticas, sendo também mais resistentes aos incêndios florestais. -----

----- Aliás, a propósito dos incêndios que devastaram o nosso País, em que são evidentes as más opções políticas ao longo dos anos que Os Verdes sempre combateram, muito se tem falado na necessidade da reimplantação da floresta autóctone. -----

----- Exatamente por estas razões, em Lisboa, nos jardins e espaços verdes, e particularmente no Parque Florestal de Monsanto, as espécies autóctones devem estar cada vez mais presentes, fomentando a biodiversidade local e melhorando a eficiência da gestão dos espaços verdes. -----

----- Os Verdes defendem que estas medidas, e tendo presente a grave situação de seca que se vive no país, devem ser a prática recorrente da autarquia. Sempre, e não apenas pontualmente, porque todos os dias são dias de fazermos algo pela sustentabilidade ambiental e pela qualidade de vida. -----

----- Na Recomendação sobre o Fórum Lisboa, Os Verdes pretendem que este edifício, onde funciona a Assembleia Municipal, se torne uma referência ao nível da eficiência ambiental em Lisboa. -----

----- Ninguém pode continuar à margem das mudanças urgentes e necessárias. Perante o desafio ambiental que temos pela frente, este edifício deve ser um exemplo de sustentabilidade.-----

----- Por isso mesmo, propomos a colocação de painéis solares, a resolução do problema do amianto, a desmaterialização dos documentos, que o papel utilizado seja reciclado e usado em frente e verso, que sejam adotadas medidas para reduzir desperdícios e ações de sensibilização para boas práticas ambientais. Podemos e devemos fazer a diferença, tanto individual como coletivamente, porque esta é uma causa que é de todos. -----

---- Trazemos também a esta Assembleia alguns problemas da Escola Básica do 1º ciclo O Leão de Arroios.-----

---- Recentemente, Os Verdes visitaram esta escola e pudemos constatar um conjunto de problemas, que têm vindo a preocupar a Associação de Pais. Existem apenas 5 auxiliares para quase 400 alunos, o que coloca em risco os alunos e sobrecarrega as trabalhadoras que se desmultiplicam em inúmeras tarefas.-----

---- Esta escola tem uma unidade de apoio especializado para alunos com multideficiência, onde estão 6 crianças, que exige o acompanhamento permanente de duas auxiliares.-----

---- Devido à falta de pessoal, há dois pequenos recreios que não podem ser utilizados, e todos os alunos juntam-se no recreio do primeiro piso, que se torna pequeno e perigoso para tantas crianças.-----

---- A porta da escola está fechada à chave, porque não há auxiliares na entrada. Se houver alguma emergência, será muito difícil garantir a saída de todas as crianças em segurança. Como se não bastasse, a escola aguarda ainda que o Plano de Evacuação e Emergência seja aprovado.-----

---- No fundo, podemos dizer que a Escola O Leão de Arroios abriu no início deste ano letivo sem reunir as condições básicas necessárias ao seu funcionamento.-----

---- E a Proposta de Os Verdes é precisamente resolver com urgência os vários problemas desta escola, garantindo os direitos, a segurança e o bem-estar de toda a comunidade educativa. Obrigada.”-----

---- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “Senhora Presidente da Assembleia é só um reparo em relação à metodologia. Mas interromper um Voto de Pesar depois de ter sido votado, interromper um minuto de silêncio e, de facto, é a 1ª vez na minha vida, e sou eleito desde 76, é a 1ª vez na minha vida que assisto a uma coisa destas.-----

---- A projeção das fotografias era importante, era um ato, digamos, que valia a pena ter um registo diferente, e assim, esvaziou o efeito do Voto de Pesar, portanto, nós não estamos de acordo com essa metodologia.”-----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “Muito bem Senhor Deputado, não voltará a repetir-se.”-----

---- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra continuou:-----

---- “Muito obrigado.-----

---- Nós apresentamos vários documentos, um deles tema a ver com a Estação de Santa Apolónia, a defesa integral da estação ferroviária, ao serviço de Lisboa, como património público, a IP, Infraestruturas Portugal, tornou pública a sua intenção de entregar uma parte da Estação de Santa Apolónia em concessão por 35 anos para a instalação de um hotel com 120 quartos.-----

---- A cisão anunciada representa mais um passo para o futuro encerramento da Estação ferroviária de Santa Apolónia e a linha até Oriente projeto antigo de vários

setores de especulação imobiliária, prejudicando, mais uma vez, os utentes e as populações a favor do negócio imobiliário e da monocultura do turismo. -----

----- Os habitantes de luxo da Matinha não podem ser incomodados pelos comboios e a especulação será em linha para os chamados empreendedores.-----

----- Nós propomos exigir do Governo que informe a Assembleia Municipal de Lisboa sobre se deu cobertura a esta iniciativa da IP, Infraestruturas de Portugal e, se sim, como justifica mais esta transferência de património público para o setor privado sem quaisquer vantagens para a cidade de Lisboa e para o país e ainda para os trabalhadores que usam aquela linha vindo para o trabalho em Lisboa e indo para casa.-----

----- Temos mais 2 pontos, exigir da Câmara Municipal de Lisboa uma posição de defesa junto do Governo de mais este importante património da cidade de Lisboa com todas as suas valências de transporte que, atualmente, tem capacidade para oferecer e que as expresse claramente essa sua vontade e determinação, através da concretização, se necessário, da negação do licenciamento da unidade hoteleira em causa. Porque é apenas o princípio da destruição da estação e da via-férrea. -----

----- Sobre a Saudação da manifestação de 18 de Novembro, nós salientamos que foi uma grande manifestação de massas e da força dos trabalhadores. -----

----- Sobre a Moção que apresentamos de saudação aos trabalhadores da saúde e pelas suas Propostas e lutas que têm desenvolvido. -----

----- O Bloco de Esquerda sobre a saudação à luta dos professores, claro que vamos votar favoravelmente, embora a situação já tenha tido desenvolvimentos e a saudação esteja desatualizada, temos de valorizar o que foi conseguido pela luta dos professores. -----

----- Na Moção 03/03 sobre a valorização do serviço saúde, ao contrário do que o BE diz na Moção, não é apenas o número de camas que se prevê diminuir, é a diminuição do número de blocos operatórios, da capacidade de consultas, do número dos trabalhadores que apoiam o serviço, coisas que, só por si, põem em causa o serviço público de saúde e que não é só a manutenção de São José como retaguarda que trará resposta a estes problemas. -----

----- O funcionamento destes hospitais é assegurado por 7100 funcionários, dos quais encontram 12 centros de excelência médico-cirúrgica, cerca de 44 blocos operatórios, mais de 1200 camas de internamento, com 820 mil consultas, que espera virem a ultrapassar o milhão num curto espaço de tempo. Tudo isto será alienado e destruído à cidade de Lisboa.-----

----- Mas nós pedimos, em relação a esta Moção do Bloco de Esquerda, a votação em separado da alínea a).-----

----- Moção da ADSE. Defendemos a ADSE para todos os que descontam para ela. Incluímos no nosso trabalho, os contratos individuais de trabalho, descontando para o efeito. Votamos contra esta Moção do PSD.-----

----- Moção sobre habitação social, também do PSD. Vinda do PSD, esta Proposta será sempre um ataque à intervenção pública. Votaremos contra. Embora muitas críticas à ação da Gebalis estejam corretas, certamente o propósito do PSD não é

melhorar a intervenção nestes bairros, o PCP já apresentou Propostas concretas sobre o direito à habitação na cidade e a resposta da Gebalis é insuficiente, por isso deve avançar nesta frente trabalho decisiva. -----

----- Na Recomendação 06 do PPM, a nossa opinião é que se trata de um guia sobre como vender Lisboa melhor, apenas uma feira de vaidades, até com o nome em língua estrangeira, o que é estranho vindo de quem vem.-----

----- A Recomendação, seca no país e espaços verdes do PSD, abstenção, vamos abster-nos. O que devemos defender, para os espaços verdes é o retorno à gestão de Câmara, aí pouparemos muita água e dinheiro com o envolvimento dos trabalhadores e com o serviço público. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Fernando Correia, chamo a atenção que o Senhor só tem 30 segundos, darei uma tolerância por causa da interpelação inicial do Senhor Deputado Modesto Navarro, enfim, vamos-lhe dar um minuto Senhor Deputado, desculpe lá, terá que ser.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dadas as limitações do tempo, eu vou cingir a minha intervenção sobre a Moção que o PCP apresenta a propósito do encerramento da Estação de Correios de Xabregas.-----

----- A cidade de Lisboa tem vindo a perder serviços importantes para as populações por via da política de reestruturações das empresas públicas que os sucessivos governos da responsabilidade do PS e do PSD têm vindo a realizar, na lógica de entregar aquilo que é público e de todos à iniciativa privada.-----

----- A Freguesia do Beato conta, neste momento, com um único estabelecimento postal: a estação de correios de Xabregas. Consideramos fundamental o serviço que presta à população, pela proximidade e a localização em zona central e histórica da Freguesia onde a maioria da população é idosa, além do serviço que presta também a o pequeno comércio local. Nesse sentido manifestamos o nosso repúdio, exigimos que a administração dos CTT mantenha a estação de Correios de Xabregas bem como solicitamos que à Câmara Municipal de Lisboa uma posição pública e firme em defesa da manutenção da estação dos Correios de Xabregas. -----

----- Sobre a Saudação aos Bombeiros apresentada pelo PSD, vamos votar a favor, apesar de salientar o facto de os meios e apoios aos Bombeiros Voluntários não estão resolvidos, nomeadamente no caso dos quartéis de Campo de Ourique e do Beato, por exemplo. O Regimento Sapadores continua a ter o número de operacionais que desejavam e a situação do encerramento quartéis substituídos por postos de fogo avançados, apenas contribui para dificultar a sua missão. -----

----- Sobre a Moção da Catalunha do BE, voltaremos a favor, face à gravidade da situação e às medidas repressivas que atingem dirigentes políticos e membros do Governo Regional da Catalunha. -----

----- Sobre a questão da Educação apresentada pelo PSD, vamos votar contra e diria apenas que não vale a pena agora chorar lágrimas de crocodilo depois de todo o desinvestimento que foi feito nesta área pelo anterior Governo.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente. Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Executivo.-----

----- Uma nota inicial relativamente ao voto apresentado pelo Bloco de Esquerda sobre a luta dos professores. Dar indicação de que retiraremos a referência à data para que possa ser uma votação mais generalizada sobre aquilo que tem sido conseguido ao nível da luta dos professores que se mantém, na verdade, em muitas das preocupações, ainda hoje se mantém, para além do que foi conseguido depois do dia 15.-----

----- Relativamente às Moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda a nós consideramos que elas revestem importância. Por um lado, porque mexem com questões da cidade de Lisboa que ainda estão muito longe de estar esclarecidas por parte do Governo e, por outro lado, que mexem também com questões democracia no seu sentido mais lato.-----

----- Começo pela Moção que tem como título: ‘pela valorização dos serviços de saúde em Lisboa’. Para nós este momento é importante porque também no âmbito da discussão do Orçamento de Estado 2018 surgiram mais algumas informações por parte do Ministério da Saúde, no entanto, as informações que têm chegado, nomeadamente, a este órgão de fiscalização, têm sido a conta-gotas e não nos parece que seja um bom processo de discussão e do debate que vamos ter, também, que fazer aqui. Também no seguimento daquilo que foram as conclusões do debate da Colina de Santana, em que muito especificamente na deliberação final, estava incluído um ponto em que a Assembleia Municipal de Lisboa teria um papel ativo e teria que ter a informação necessária para um debate mais alargado sobre as soluções que serão apresentadas por parte do Ministério e, obviamente, que partilhamos da análise de que o que está aqui em causa não é apenas a possível fechada ou a possível diminuição do número de camas, estamos a falar de muito mais do que a redução do número de camas, estamos a falar da redução de serviços às populações, estamos a falar também de alienação de património que é extremamente importante para a cidade de Lisboa, mas também património a nível nacional e estamos a falar de uma série de consequências que, assim que forem tomadas as decisões, muito dificilmente terão reversão, sabemos isso e, por isso é que a Assembleia Municipal de Lisboa tem tido um papel de debate bastante grande sobre este tema. No entanto, todas as formas de pressão que têm sido feitas por esta Assembleia sobre o Ministério não têm surtido grandes efeitos porque, até hoje, ainda não temos um plano concreto sobre, exatamente, o que é que vai acontecer a cada serviço que hoje em dia existe, nomeadamente, no Centro Hospitalar de Lisboa Central, especificamente, porque é aquele que será mais afetado, segundo as informações que existem e também todos os planos e projetos e estudos que estão associados à construção do novo hospital. Isso é

informação relevante que a esta altura com o anúncio do projeto, já para ser terminado em 2022, esta Assembleia já deveria ter essa informação e daí o sentido e a importância que damos esta Moção nesta altura. -----

----- A outra Moção que apresentamos prende-se, como já foi dito, com questões democráticas de mais de fundo, tem a ver com a questão da Catalunha e, na verdade, ainda não tivemos oportunidade nesta Assembleia Municipal de também tomar posição sobre o tema e uma coisa é certa qualquer pessoa que se diga democrata não pode fechar os olhos àquilo que se está a passar na Catalunha, independentemente daquilo que possamos achar das soluções que foram encontradas ou que serão encontradas no futuro sobre a resolução daquele problema. Aquilo que nós estamos a ver, efetivamente, é a detenção de governantes que foram democraticamente eleitos aquilo que nós vimos, nomeadamente com mais força no dia um de Outubro, mas também depois disso, foi a repressão sobre os cidadãos catalães por parte do Governo espanhol e nenhuma destas duas coisas é aceitável em qualquer democracia nem em nenhum Estado de direito e, portanto, é impossível que os vários órgãos, democraticamente eleitos no nosso país, não tenham uma palavra a dizer sobre isto e basta pensar naquilo que será, e em que condições democráticas é que vão decorrer as eleições que estão marcadas para 21 de dezembro que consideramos não tem quaisquer tipo de condições democráticas para existirem. Essas condições foram completamente cortadas por parte do Governo espanhol e, todos os democratas, devemos esta solidariedade com o povo catalão, mas também devemos repudiar todas as formas de violência como aquelas que têm sido vistas na Catalunha por parte do Estado espanhol e isto tem uma importância, também, para a afirmação de Lisboa como uma cidade profundamente democrática e com órgãos que respeitam a democracia, independentemente de onde ela é feita, e que não tem medo de apontar o dedo e dizer onde é que estão os problemas muito claramente. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Excelentíssima Senhora Presidente da AML, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Doutora Assunção Cristas, Excelentíssimos Colaboradores da AML e da CML, Excelentíssimo Público Presente e Órgãos de Comunicação Social, Caros Colegas. -----

----- Senhora Presidente, caros colegas, esta Sessão é a primeira vez que intervirei nesta casa e, por isso, gostaria de começar por dizer que é para mim uma honra e uma enorme responsabilidade participar nesta Assembleia Municipal em prol de Lisboa e dos lisboetas. -----

----- Gostaria, ainda, e porque as regras da boa convivência assim o exigem, desejar a todos os colegas, sem exceção, e à Senhora Presidente, um excelente mandato. -----

----- Caros Colegas, nesta Sessão Ordinária do presente mandato, o Partido da Terra não poderia deixar de declarar, para memória presente e futura a sua vocação ecologista e humanista, pilares basilares que têm norteado a atividade do MPT, além e aquém fronteiras ao longo dos anos. -----

----- Nesta Sessão, entendemos não apresentar qualquer Proposta, reservando-nos para a próxima Sessão fazê-lo.-----

----- No entanto, gostaria de tecer algumas considerações sobre os seguintes documentos, que hoje vêm aqui a debate e a votação. -----

----- Assim, e em primeiro lugar, cumpre-me referir que o MPT votará favoravelmente os seguintes documentos: -----

----- Saudações e Votos de Pesar 2, 3, 4 e 5.-----

----- Moções 1, 2, 3, 6 e 8.-----

----- Recomendações 3, 5, 8, 9, 10, 11 e 12.-----

----- Os restantes documentos votaremos contra ou optaremos pela abstenção.-----

----- Quanto à análise dos documentos que foram submetidos, o MPT não poderá deixar de se pronunciar sobre alguns que entendemos merecerem a nossa atenção.-----

----- Assim, o primeiro dirá respeito à Recomendação 003/02 “Pela proibição dos copos de plásticos descartáveis e por um plano de redução do plástico em Lisboa”.-----

----- O MPT considera que a filosofia que está por detrás desta recomendação é boa, se enquadra na Estratégia Europeia da Luta Contra ao Lixo, com origem no plástico, mas que, no entanto o MPT entende que as medidas aqui propostas transcendem as competências da CML, uma vez que não será a esta entidade que competirá proibir o estabelecimentos comerciais de Lisboa, de utilizar copos de plástico descartáveis, nem, tão pouco a elaboração de um plano para a redução do plástico em Lisboa, pelo menos de índice vinculativa.-----

----- O MPT entende que estas competências são da tutela do Ministério do Ambiente e não do Município, pelo que, a Recomendação em causa teria de ser dirigida ao Senhor Ministro do Ambiente e não ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Em relação a esta Recomendação, gostaria, ainda, de dizer que o MPT é favoravelmente contra a utilização e produção de materiais à base de plástico que em última instância acabam por ir parar aos nossos rios e aos nossos oceanos.-----

----- O MPT é convictamente favorável à adoção de uma política integrada nacional de luta contra o plástico que passará, em primeiro lugar, pela aposta numa economia circular e que a reciclagem tem um papel fundamental a desempenhar na preservação do nosso planeta e neste caso, da nossa cidade.-----

----- Face ao exposto, o MPT sugere em alternativa e na eventual inação do Senhor Ministro do Ambiente, que esta Assembleia inste o Governo a apreciar com a máxima celeridade o Projeto de Lei 581/XIII/ 2ª, submetido em 18 de Julho de 2017 à Assembleia da República.-----

----- O MPT, para além de ecologista e de seguir o ecologismo como política necessária à preservação do nosso planeta, é também profundamente humanista com um forte cariz social acreditando que a erradicação de todas as formas de pobreza estão ao nosso alcance, assim o queiramos todos nós.-----

----- No entanto e não obstante a nossa matriz humanista, o MPT não irá votar favoravelmente a Moção “Um Futuro para a Habitação Social” porque, como todos certamente saberão existe já um Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Habitação criado ao abrigo da Proposta n.º 003/PAM/2016, bem assim como um

Conselho Municipal da Habitação, pelo que a criação de mais uma estrutura deste tipo não faz qualquer sentido para além de comprometer recursos do erário que podem bem ser utilizados em ações concretas de apoio à habitação social. -----

----- No que toca à Recomendação 003/06 que visa “ A Constituição da Lisboa *Events Comission*”, cuja missão de acordo com a Proposta assentará essencialmente na promoção da cidade de Lisboa, tanto a nível nacional como internacional, importa referir que a CML tem assento na Associação de Turismo de Lisboa, através do Senhor Presidente na Associação de Lisboa que, por inerência é também o Presidente daquele organismo, pelo que a constituição de mais uma estrutura deste tipo nada aportará em termos de mais-valias para a divulgação de Lisboa, que já não seja feito através da ATL e da EGEAC, a não ser um acréscimo de despesas que em última análise terá de sair do bolso dos lisboetas. -----

----- Termino, caros colegas, porque o tempo é curto, pese embora houvesse a dizer em relação a outras propostas que hoje aqui nos trazem. Quero agradecer e desejo a todos um bom mandato e bom trabalho. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Senhores Assessores, Senhores Deputados Municipais, restante público. -----

----- A Moção que vamos apresentar uma delas é 003/05 que se trata de olhar para a Educação como um todo como um verdadeiro veículo de igualdade de oportunidades. Tem como finalidade em defender o princípio da igualdade e da não-discriminação consagrado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa. Uma vez que tem como fim de permitir que todos os alunos carenciados, do ensino público ou privado, tenham direito aos manuais escolares gratuitos desde que devidamente comprovados com os respetivos rendimentos. -----

----- Também temos a Moção ADSE para todos, que é a 003/06, em que a ADSE tem enviado desde 2016 ofícios aos beneficiários, a fim de procederem à entrega de documentação referente aos seus cônjuges, sob pena de serem cancelados os direitos ao apoio na doença. Para tanto, obrigam a que o conjugue do beneficiário, há mais de 40 anos, apresente agora declarações de IRS com todos os anexos e respetivas declarações no Centro Nacional de Pensões. Assim, os cônjuges que têm rendimentos próprios estão a ser excluídos da ADSE apanhando de surpresa, os que recebem pensões mínimas. O problema é que, após a eventual expulsão destes cônjuges, idosos com mais de 60 anos e que sempre beneficiaram deste instituto não poderão continuar, dado terem ultrapassado a suposta prevista idade limite de aceitação. Para espanto, no referido ofício, ainda solicitam o envio do comprovativo do IRS com todos os anexos, isto é a violação da proteção dos dados pessoais e da privacidade. -----

----- É tudo. Gostava de dizer mais, mas o tempo é curto, obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigada Senhora Deputada. Tenho indicação que o Bloco de Esquerda quer fazer uma interpelação à Mesa. O microfone para a Senhora Deputada Isabel Pires. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente. Relativamente à Moção apresentada pelo PSD, nós temos um requerimento a apresentar à Mesa e vou passar a ler para ser o mais curto possível na minha intervenção. -----

----- Constatando-se, por um lado, que a moção 003/05 PSD, apela nos seus considerandos a uma alegada violação da Constituição por uma medida, ainda não tomada pela Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de garantir a gratuitidade universal dos manuais escolares no ensino público. Verificando-se por outro lado que tal medida cai no âmbito da ação social escolar importa, para melhor esclarecimento desta Assembleia Municipal e do Grupo Municipal do PSD, em especial proceder-se à distribuição, naturalmente gratuita, infelizmente, quase à conta de elemento de estudo, elementos legais que atestam em precedência da Proposta do PSD, para não falar de total falta de noção quanto à sua atividade governativa. -----

----- A saber, os documentos que nós queremos que sejam distribuídos pela Mesa são o Decreto-Lei número 55/2009 de 2 de março, cujo artigo 2º estabelece a limitação da ação social escolar no ensino público e às escolas particulares e cooperativas com contrato de associação, decorre do disposto no artigo 2º, sendo certo que o Governo de PSD e CDS tanto se orgulham de ter pertencido, não alterou tal norma. -----

----- Em 2º lugar, o Decreto-Lei número 152/2013 de 4 de novembro, que aprovou o novo estatuto do ensino particular e cooperativo do ensino não superior, que também não procedeu à alteração tal estado de coisas quanto à ação social escolar, aprovado pelo 19º Governo Constitucional, sendo na altura Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho. -----

----- Em 3º lugar, o Despacho nº 8452a/2015 de 31 de julho de 2015 que, regulamentando o Decreto-Lei 55/2009 de 2 de março, mantém a restrição da ação social escolar às escolas públicas e escolas particulares e cooperativas com contrato de associação, no regulamento contém, em anexo, veja-se o artigo 1º, sendo certo que esse regulamento contém normas suscetíveis de fiscalização da constitucionalidade, assinado pelo Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, João Casanova de Almeida, membro do 19º Governo Constitucional, sendo na altura Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho. -----

----- Portanto, o que nós gostaríamos e temos aqui a documentação, é estas 3 documentações fossem entregues pela Mesa, nomeadamente, ao Grupo Parlamentar do PSD, sob o risco de estarem aqui a apresentar Propostas que não têm qualquer sentido nem legalidade.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Senhora Deputada, a Mesa pode, naturalmente proceder à distribuição dessa documentação. Quanto à questão de apreciação sobre a validade ou não validade da Moção apresentada isso é uma apreciação política que tem outra natureza. -----

----- Em todo o caso, é importante que a Mesa esclareça que, nestes documentos de PAOD, nós não fazemos uma verificação de legalidade como fazemos as Propostas da Câmara, uma vez que as Moções são tomadas de posição política, não são. Deliberações com eficácia executiva imediata.-----

----- Seja como for, será distribuído. O requerimento é no sentido de ser distribuído, eu ponho à votação este requerimento no sentido de saber se alguém se opõe a que esta documentação seja distribuída.-----

----- Ninguém se opõe? Não há abstenções? A documentação será devidamente distribuída.-----

----- Senhor Deputado Luis Newton tinha pedido a palavra para Defesa da Honra, tem 3 minutos.-----

----- Senhores Deputados, foi feita aqui uma invocação de inconstitucionalidade e ilegalidade, o Senhor Deputado pede a palavra vamos dar a palavra, peço-lhe para ser sucinto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção em defesa da honra:-----

----- “Senhora Presidente, eu julgo que aqui o Bloco de Esquerda agora tentou lançar uma cortina de fumo, acusando, inclusivamente, o PSD de algumas inconsistências do ponto de vista de levantamento do próprio conceito e da própria ideia, tudo isto para escamotear o princípio base que é aquilo que nós advogados com esta Proposta, que é a igualdade nesta matéria para o público para o privado, é tão e somente.-----

----- Portanto, Senhora Presidente, tudo o resto e todos os diferendos de natureza jurídica que possam surgir, obviamente que terão que ser conciliáveis em sede de análise específica, aqui o que nós estamos, neste momento, a discutir a importância da igualdade e não de uma discriminação.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Senhor Deputado, creio que não houve propriamente uma ofensa à honra, houve aqui um esclarecimento político, mas, enfim, a Mesa está a ser liberal com o tempo para não haver dificuldades no prosseguimento da Sessão, está pedida uma distribuição de documentação e assim se fará.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos. Permitam-me antes de mais que cumprimente todas e todos os presentes de forma abreviada na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal.-----

----- O Grupo Municipal do PAN trás hoje a votação desta Assembleia Municipal duas Recomendações:-----

----- Relativamente à primeira Recomendação- n.º 003/07, pela criação de um grupo de trabalho que tenha por missão a elaboração de um Regulamento Municipal (de eficácia externa) de Saúde, Proteção e Bem-estar Animal na cidade.-----

----- Partindo desde logo da consideração de que os animais são seres vivos dotados de sensibilidade, e que a dignidade da vida animal é hoje merecedora de uma tutela jurídica a que o plano municipal não pode ser alheio, importa disciplinar alguns aspetos da identificação, posse e detenção, circulação na via pública, como é o caso dos cavalos que, frequentemente, circulam nas ruas da nossa cidade, o alojamento de animais no Município de Lisboa, a par da execução das respetivas medidas de profilaxia médica e sanitária, que reforcem assim a proteção, a saúde e o bem-estar dos Animais que partilham connosco a sua vivência na cidade.-----

----- Do mesmo modo, torna-se também necessário regulamentar a segurança de pessoas, animais e bens relativamente aos animais que deambulam na via pública, bem como articular a matéria que venha a ser objeto de regulamento com as novas realidades legislativas, como é o caso da criminalização dos maus tratos e abandono de animais de companhia e a Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, que regulamenta a criação de uma rede efetiva de centros de recolha oficial de animais de companhia, o destino dos animais acolhidos nestes centros e estabelece as normas para o controlo de animais errantes, em cumprimento da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto.-----

----- Uma vez que continuamos a ter um elevado número de animais abandonados, e é necessário combater este flagelo, animais que deambulam na via e demais lugares públicos sem que se encontrem acompanhados pelos seus detentores, como animais detidos sem que sejam observados os princípios básicos de bem-estar animal, como a alimentação, o abeberamento, o conforto térmico, a possibilidade de manifestarem o seu comportamento natural, como é o caso de animais permanentemente acorrentados.

----- Assim, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa:-----

----- i. A criação de um Grupo de Trabalho Multidisciplinar que tenha por missão criar um Regulamento Municipal de Saúde, Proteção e Bem-Estar Animal do Município de Lisboa;-----

----- ii. E que o município assuma o compromisso de até ao final de 2018 ter o referido Regulamento Municipal já em vigor.-----

----- Quanto à Recomendação n.º 003/08, Por um Plano de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas.-----

----- Entendemos que esta é um realidade do presente e não uma preocupação do futuro e vimos invocar aqui as seguintes palavras.-----

----- Há 25 anos, mais de 1700 cientistas independentes, incluindo a maioria dos então laureados com o Prémio Nobel, assinaram o Alerta à Humanidade de 1992.-----

----- À data, estes cientistas mostraram que os humanos estavam em rota de colisão com o mundo natural. Expressaram preocupação com os danos presentes, iminentes e potenciais infligidos à Terra, envolvendo a depleção do ozono, a disponibilidade de água doce, o colapso da vida marinha, as perdas das florestas, a destruição da

biodiversidade, as mudanças climáticas e o crescimento contínuo da população humana. -----

----- Os cientistas descreveram como nos estávamos a aproximar de muitos dos limites do que o planeta pode suportar sem danos substanciais e irreversíveis. -----

----- A humanidade fracassou, pois não foi capaz de fazer progressos suficientes., sendo especialmente preocupante é a atual trajetória das potencialmente catastróficas alterações climáticas. -----

----- Aprendemos muito desde 1992, mas o avanço das mudanças urgentemente requeridas nas políticas ambientais, no comportamento humano e nas desigualdades globais ainda está longe de ser suficiente. -----

----- Estas frases têm origem na tradução de alguns parágrafos da carta de alerta à humanidade publicada no passado dia 13 de novembro na revista *Biociencia*, subscrita por mais de 15 mil cientistas de 184 países, decorridos 25 anos sobre a primeira carta e que não podemos, hoje, deixar de a subscrever. -----

----- Também este mês decorreu, em Bona, na Alemanha, a 23.^a Conferência das Partes (COP23) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. -----

----- Aí foram diversos os discursos centrados na necessidade de fazermos mais, com mais urgência, com maior colaboração entre os governos locais e os governos centrais, se queremos caminhar para os objetivos do Acordo de Paris e alcançar os objetivos da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030. Por outras palavras, foi claro o apelo para aumentarmos a ambição global. -----

----- Se pensarmos que as cidades já utilizam 75% da energia e produzem 76% das emissões de CO₂, percebemos a importância do poder local pois é o decide áreas chave como a mobilidade, as energias renováveis, as infraestruturas “vivas” e o desenho sustentável das áreas urbanas. -----

----- Daí ser essencial o nosso contributo para alcançarmos as metas nacionais e globais dos objetivos climáticos, nomeadamente na transição para uma economia neutra em carbono até 2050. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- 1. O desenvolvimento pela autarquia de um Plano de Ação para a Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas, alinhado com os Objetivos da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável; -----

----- 2. Proceder à revisão e adaptação dos planos e outros instrumentos de gestão territorial vigentes; -----

----- 3. Integrar as medidas de mitigação e das opções de adaptação em novos instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal; -----

----- 4. Criar um programa de capacitação de técnicos da Câmara Municipal sobre as Alterações Climáticas; -----

----- 5. Desenvolver campanhas de sensibilização e disseminação sobre as Alterações Climática; -----

----- 6. Inspirar pela Arte para as Alterações Climáticas através de programas dirigidos a crianças, jovens e famílias, de carácter prático e lúdico.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, colegas Deputados.-----

----- Os Deputados Independentes, Cidadãos por Lisboa, gostariam de deixar algumas considerações relativamente aos Votos, Recomendações e Moções apresentados.-----

----- Votaremos contra o voto do CDS-PP sobre o 25 de Novembro. Quer seja na sua 1ª redação, quer nesta nova que agora apresentaram.-----

----- Votaremos a favor da Moção 3 do Bloco de Esquerda sobre o serviço de saúde em Lisboa, que solicita ao Governo que acautele a necessidade de uma política de saúde integrada em Lisboa. Assim como gostaríamos de expressar a expectativa que temos relativamente ao Vereador do Bloco de Esquerda na Câmara de Lisboa que terá este pelouro da Saúde, e que certamente nos trará aqui muitas novidades e avanços nesta matéria.-----

----- Votaremos contra a Moção 6 do PSD sobre o futuro da habitação social que certamente se esqueceu que já existe um grupo de trabalho que envolve a Câmara e que é desenvolvido por esta Assembleia para estas matérias, chama-se a 5ª Comissão de habitação, bairros municipais e desenvolvimento e é nessa sede que este assunto deve ser discutido, na nossa opinião.-----

----- Irei-me abster da Recomendação 3 do PEV, 8 do PAN, 11 do PSD.-----

----- E votar contra a 7 do PAN, por serem Recomendações que pedem que sejam executadas medidas que já se encontram em curso pela Câmara, ou mesmo concluídas, e consiste numa prática de aproveitamento político que rejeitamos. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Rodrigues (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- O CDS apresenta a esta Assembleia uma Proposta de Voto de Saudação sobre o 25 de Novembro de 1975. E eu quase que me atrevera a estender também esta congratulação ao PSD dando-lhe as boas vindas por, embora tardiamente, ter compreendido a importância da celebração desta efeméride. Optou por um texto autónomo e permitam-me uma correção ao Deputado que interveio anteriormente, o CDS apresentou apenas um texto, o outro, embora quase temporariamente, foi proposto pelo PSD.-----

----- Cumpridos no próximo sábado, 42 anos sobre a vitória da liberdade, da Ordem do Estado de direito democrático sobre a rebelião armada queria destruir as 2 primeiras e subverter o Estado de direito democrático, pôs termo ao processo revolucionário do tipo comunista em Portugal que no plano ideológico queria valorizar o socialismo em detrimento da democracia, sendo que esse fim justificava a agressividade dos seus meios. No plano político cria preconizar o socialismo pluralista em vez da democracia

pluralista, num género de um *dégradé* em vários tons de vermelho, onde só se aceitariam partidos de âmbito socialista, onde se sabia de antemão quais haveriam de vencer as eleições e quem haveria de as perder, remetendo a oposição, não como uma verdadeira alternativa de Governo, mas como resquício agonizante de um passado longínquo, e que, no plano tático queria instalar uma ditadura de esquerda em Portugal, simétrica e de sinal contrário à do anterior regime, que visava a tomada do poder pelo proletariado e a construção de uma sociedade socialista, de resto ainda encontra vestígios no preâmbulo da Constituição da República Portuguesa a que o CDS votou carismaticamente contra. -----

----- O povo português tantos anos depois de uma ditadura de direita não mostrou estar disponível nem disposto para experimentar uma ditadura de esquerda e pôs um ponto final no PREC que representou a tentativa de determinadas forças de uma esquerda antidemocrática tomar e a liderança do processo de libertação iniciado a 25 de Abril de 1974, através da violência, da perseguição, do saneamento, do confronto e da intimidação de todos quantos não subscreviam ideologias dogmáticas não inspiradas no manifesto de Marx e Engels de 1848. -----

----- O que caracterizou o 25 de Abril de 1974 e notabilizou a mobilização maciça do povo português foram várias premissas: a devolução do poder ao povo através de eleições livres, a restituição da ordem pública, a defesa da soberania, sendo certo que muitos dos inimigos de Portugal estavam dentro de portas e não fora delas, e consolidar e garantir o funcionamento regular da democracia pluralista do tipo ocidental. Aspirações que só lograram ver a luz do dia com o 25 de Novembro, isto traduzido, significa que o sonho de Abril só se concretizou por conhecer Novembro.---

----- Por essa razão, cumpre fazer uma evocação dos seus verdadeiros heróis, cuja história importa preservar. No PSD Sá Carneiro, no CDS Freitas do Amaral e no Partido Socialista Mário Soares. -----

----- Foi fonte luminosa que impediu determinadas forças radicais de extrema-esquerda, pudessem obter maioria para governar Portugal e foi graças a essa conquista, que foi traduzida na liberdade que salvou os espíritos dos nossos partidos e permitiu o direito à diferença em democracia. Essa liberdade quando se fez foi para todos não para fruição exclusiva de alguns radicais, cuja única propriedade privada que reconhecem é a sua sobre a liberdade. Tenho dito.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente, membros da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público, funcionários, muito boa tarde. -----

----- Antes de apresentar a nossa Recomendação só queria lembrar o meu caro colega da ação do grande Arquiteto Ribeiro Telles. -----

----- A nossa Recomendação tem em vista a projeção da cidade de Lisboa como uma cidade incontornável, no âmbito internacional, para eventos de toda a ordem. -----
E a atualidade dessa Proposta vê-se bem pelo crescimento na procura da nossa cidade a todos os níveis. É fundamental que Lisboa tenha uma Comissão que projete de

forma profissional e inclusiva a nossa cidade. Daí a nossa Proposta com as diversas alíneas que apresentamos na nossa Recomendação, mas que também fizemos alguns acrescentos já entregues à Senhora Presidente da Mesa e que passo a referenciar: -----

----- No ponto 1 acrescentamos enquanto gabinete da Câmara Municipal de Lisboa que se dedique a agilizar licenças e taxas. -----

----- No ponto 3.3 acrescentando: coordenando com estruturas já existentes. Estas questões não estavam clarificadas e assim penso que ficarão. -----

----- Em relação ao nome ser inglês, Senhor Deputado Modesto Navarro, este nome foi escolhido por estar consentâneo com a ideia de internacionalização, eu imagino que, se calhar, preferisse que fossem russo, mas não nós optamos por inglês, porque é considerada a língua internacional. Em relação ao comentário do nosso caro colega do MPT a nós temos em vista, não criar um organismo a mais, como vê, pelas nossas modificações, mas sim, aproveitar os órgãos já existentes e focarmo-nos também nesta ação de promoção da nossa querida cidade de Lisboa. -----

----- Obrigada pela vossa atenção.” -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Deputados, colegas Vereadores. ----

----- Eu só queria referir, muito rapidamente, muitas das Moções e Recomendações que dizem, em relações aos meus pelouros e que foram aqui referidas, são medidas que estão em curso, que são públicas, razão porque começo por chamar a atenção nessa matéria. -----

----- Em relação à Recomendação do PEV, o que nós temos plantado na cidade de Lisboa são precisamente escolha de árvores autóctones, basta irmos a Monsanto vermos o que é que estamos a fazer nos corredores verdes. Que são Loureiros, Medronheiros, Alfarrobeiras, Amendoeiras, Azinheiras e Carvalhos, e é isso que temos que fazer. E é por essa razão que Monsanto tem certificação internacional. -----

----- Para além de outras soluções como prados bio diversos que temos feito. -----

----- Portanto, sim Senhor estou de acordo, mas, de facto, é isso que estamos a fazer. --

----- Em relação ao nível de eficiência ambiental em Lisboa, bom, este edifício está entre os edifícios da Câmara Municipal de Lisboa cujo consumo foi analisado e a Câmara Municipal de Lisboa está a avançar, neste momento, para a candidatura, que foi adiada, não por causa de Lisboa mas por acusa dos outros Municípios, e que está neste momento para a candidatura que vamos apresentar dos quadros comunitários, para um importante investimento em eficiência energética solar, em que o edifício do Fórum Lisboa se inclui. -----

----- Depois, em relação ao PAN é absolutamente extraordinário. Nós ainda a 18 de Julho de 2017, aprovamos a estratégia municipal de alterações climáticas e agora são citadas várias referências e Recomendações que estão referidas nesse próprio documento. Portanto, de facto, eu estou de acordo que as Recomendações que nós próprios propusemos e que foram aprovadas na Assembleia Municipal, são agora referidas pelo PAN, mas enfim, é uma maneira de trabalhar que cada um tem. -----

----- Mas o que é facto, é que são coisas que estão em curso. Em todas estas Recomendações, as coisas estão em curso. -----

----- Estamos todos de acordo, ótimo, ainda bem, é porque a Câmara está a agir bem em relação a estas matérias. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente, era só pedir à Mesa para explicar ao Senhor Vereador Sá Fernandes, que tudo aquilo que foi aprovado na 4ª Comissão e na deliberação desta Assembleia é obviamente acordado pelo PAN se mas que aquilo que é referido que já existe...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Senhor Deputado, não pode estar a fazer uma intervenção de fundo. Quer que eu esclareça o Senhor Vereador Sá Fernandes de que há deliberações sobre este assunto.?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra respondeu: -----

----- “Que a deliberação sobre um plano de ação que a Câmara esteja a fazer não existe e, portanto, nós estamos a deliberar uma coisa que não existe.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Senhor Deputado não existe enquanto deliberação da Assembleia, mas, pelos vistos, a Câmara tem um entendimento diferente e não vamos discutir através de interpelações ou de processos formais entendimentos diferentes sobre o mesmo assunto. -----

----- Vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Castel-Branco (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- É uma pergunta à Mesa Senhora Presidente? É uma pergunta à Mesa e a pergunta é: nós efetivamente assistimos muito recentemente, a uma quantidade enorme de plantações em Lisboa e essas plantações não foram das plantas autóctones, de maneira nenhuma. Portanto nós estamos a falar de plátanos que todos vimos. Estamos a falar de...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Oh Senhora Deputada, a Mesa não lhe pode responder se as plantações foram autóctones ou se foram outra coisa. Se a Senhora Deputada quer ter essa informação faz um requerimento à Câmara e a Câmara dá-lhe a resposta devidamente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Castel-Branco (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Assim farei. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos prosseguir, e eu entretanto tenho que verificar o Regimento para não estarmos aqui a... -----

----- Vamos prosseguir.”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Robles**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado. Boa tarde a todos e a todas. -----

----- Sobre os documentos apresentados, apenas três notas. -----

----- Sobre a Recomendação do PEV e o Leão de Arroios subscrevemos totalmente, aliás, temos apresentado nesta Assembleia vários documentos sobre isso, a última delas em Julho de 2015, exatamente sobre alguns destes temas, sobre o plano de emergência e evacuação, que é uma emergência que seja implementada, que seja feita, mas questão do chão do recreio, como sabem, foi um problema porque estava muito degradado e feita uma solução que não resolveu, porque é muito abrasiva, continua a ter efeitos muito graves nas crianças ao nível de quando caem e quando se aleijam e da própria roupa e o ténis que têm que estragam naquele chão e a questão dos assistentes. Portanto, apoiamos a vossa Recomendação, não temos nada que apoiar, temos é que a seguir depois de ser aprovada, mas, mas tem toda a pertinência e agradecemos por isso. -----

----- Informar que há uma nova cobertura no recreio, julgo que sabem e, portanto, está a acabar de ser montada é um recreio muito grande, mas que precisava de ter uma cobertura, para poderem as crianças brincar quando está demasiado sol. -----

----- Depois a Recomendação do Partido Comunista sobre as refeições escolares, naturalmente que a acompanhamos, é um dos problemas mais graves que temos na cidade de Lisboa e no país também. Aliás, vieram a público, recentemente, algumas notícias, repreensões sobre crianças que denunciaram situações inaceitáveis do ponto de vista da qualidade das refeições escolares. Naturalmente que foi um erro crasso e que conduziu a esta situação, o encerramento das cantinas, que permitiu a confeção nos locais. Que isso conduziu, como nós sabemos, entregue a privados, industriais fazem comida ao preço que mais lhes interessa e não com a qualidade que precisávamos para estas crianças e, portanto, isto tem conduzido muitas queixas, sabemos também que, na cidade de Lisboa, há bons exemplos e portanto, o que temos que fazer é seguir os bons exemplos, passo a publicidade, mas já várias pessoas me falaram no caso dos Olivais, já falei com a Senhora Presidente da Junta dos Olivais e vou lá para a semana. Experiências de que a confeção local foi retomada nas cantinas e que foram contratadas funcionárias para este efeito, e que temos recurso a Mercados locais para abastecimentos sempre que possível, o que me parece uma excelente ideia.

----- Portanto, acompanhamos a vossa Proposta e saudamo-la por isso.-----

----- Por último, o PSD que manifesta total indignação pela violação do direito à educação quanto aos manuais escolares. Registrar apenas que nós defendemos esse direito fundamental em relação à educação e que a educação tem de ser garantida, independentemente dos recursos das crianças ou dos encarregados de educação. Portanto, isso tem um instrumento, chama-se escola pública e é na escola pública que tem que estar crianças ricas e crianças pobres e é na escola pública que tem que ser feito

todo o investimento para que não haja diferenciação em quem tem mais recursos ou menos recursos. E por isso é que estes manuais escolares investem nesse instrumento que é a educação pública. É esse o papel da escola pública, garantir igualdade de oportunidades a todos, independentemente dos seus recursos. É por isso que esta medida dos manuais escolares segue o que já foi implementado pelo Governo nas escolas básicas de 1º ciclo e o Município passará a implementá-lo no 2º, 3º e secundário.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Senhores Deputados, houve aqui alguma hesitação na Mesa na condução dos trabalhos, atendendo a que estamos no princípio de mandato e que há matérias regimentais que não estão completamente na nossa presença de espírito, no momento em que as coisas ocorrem, a interpretação regimental que eu julgo que se sobrepõe a todas as outras é que o Período de Antes da Ordem do Dia não pode sobrepor os 60 minutos, porque essa é uma obrigação legal e, portanto, se os Senhores Deputados quiserem fazer interpelações, requerimentos ou pedidos de esclarecimento ou que se entender, terá que ser dentro do vosso tempo, e não para além do vosso tempo, porque senão estamos a incumprir a lei e, portanto, peço desculpa da hesitação aqui na Mesa tivemos dificuldade em interpretar, mas penso que esta é a interpretação correta, eu não sou jurista, mas acho que a Lei está acima do Regimento e, provavelmente, como temos um grupo de trabalho do Regimento constituído, iremos tornar isto clarinho no nosso Regimento, para que seja mais fácil a condução dos trabalhos.-----

----- Também queria lembrar que nos termos do nosso Regimento, a Câmara só usa da palavra no PAOD, quando o Presidente da Mesa lhe pede para prestar esclarecimentos e, portanto, não foi o caso agora, mas também por inépcia e não temos ainda o Regimento completamente memorizado.-----

----- Peço-vos desculpa a todos, vamos prosseguir os trabalhos e daqui para a frente assim se fará. É dentro do tempo que cada um usa como entender, a Mesa organiza por rondas, de acordo com a ordem de inscrições, se alguém entender fazer um requerimento, ou pedir um esclarecimento, já sabe que só o pode fazer se tiver tempo, alterando-se apenas a ordem de inscrições, dando precedência a isso sobre as inscrições seguintes e vamos prosseguir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Vereadores.-----

----- Muito rapidamente dar-vos nota que é com muito gosto que regresso a esta casa onde entrei pela 1ª vez em 1993 e regresso agora, apesar de, entretanto, já ter passado por aqui e é com gosto que aqui estou.-----

----- O tempo é muito curto, eu queria-me referir a 2 iniciativas das várias que o PSD apresenta e que têm em comum a sustentabilidade dos recursos.-----

----- Uma mais relacionada com a gestão sustentável dos Espaços Verdes e outra com o uso eficiente da água.-----

----- Ainda há pouco o Senhor Vereador Sá Fernandes, que eu cumprimento, referiu o facto que, de forma geral, estas Moções não trazerem grande novidade relativamente a iniciativas que são Propostas mas, e nisso estamos de acordo, aliás, as nossas iniciativas referem, precisamente, um conjunto de documentos que têm sido desenvolvidos, nos últimos anos, pelo Município, mas o que nós pretendemos aqui é passar à ação, sermos mais ambiciosos na concretização das medidas e manifestar também aqui um sinal claro de compromisso desta Assembleia Municipal para com o desenvolvimento dessas iniciativas.-----

----- E eu diria em suma, mais uma vez, porque o tempo, de facto, é muito curto, que a Câmara já dispõe dos diagnósticos, das estratégias há um conjunto de medidas elencadas, agora há que concretizar, há que apostar de forma mais clara na concretização da dessas medidas e queremos aqui dar nota deste conforto, se assim fosse necessário, da Assembleia Municipal no sentido de impulsionar a Câmara Municipal a que se atinjam metas que já estão definidas e que urge atingir sob pena de Lisboa ser gravemente prejudicada, eu acho que Lisboa tem que ser um exemplo, na concretização de medidas, do uso eficiente dos recursos e, desde logo, na água, que está na ordem do dia, há muitas coisas a fazer que podem ser feitas, que são simples de concretizar, mas que a Câmara tem tardado em concretizar e o sinal que queremos aqui dar no fundo, é de incentivo e de compromisso desta casa relativamente à concretização destas medidas. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Avelãs (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos e a todas.-----

----- Os cidadãos por Lisboa votarão contra a Moção a número 5 apresentada pelo PSD. Olhar a educação como um todo, porque para nós é evidente que a obrigação do Estado é garantir a progressiva gratuitidade da rede pública de ensino, que construiu. E fá-lo por uma questão de princípio, portanto, não tem a ver com maior riqueza menor riqueza de quem a requeita, mas não é, com certeza, função do Estado promover a gratuitidade do ensino particular e dos colégios a não ser nos casos em que há contratos de associação para esse efeito.-----

----- Em relação ao fornecimento de refeições escolares apresentada pelo PCP votaremos, obviamente, a favor com é a seguinte chamada de atenção: a vantagem de envolver neste processo, de uma forma muito aguda, as Juntas de Freguesia, admitindo nós que as soluções possam ser diferentes de acordo com os contextos em que cada Junta de Freguesia trabalha, de acordo com as zonas da cidade de Lisboa, isto é, não defendemos necessariamente que a mesma solução seja aplicada de uma forma uniforme.-----

----- Finalmente em relação à escola do 1º ciclo, o Leão de Arroios, obviamente, vamos votar a favor, chamando apenas 2 aspetos: o 1º é que para os cidadãos será um pouco estranho haver uma referência particular à falta de assistentes operacionais na escola de Leão de Arroios, quando essa é uma questão generalizada em muitas outras escolas. E depois queríamos propor que a Comissão de Educação desta Assembleia se desloque com regularidade a esta escola e nos vá informando da solução encontrada

para estes problemas. Solução que, aliás, ou melhor, posição, aliás, que não deve limitar-se à escola Leão de Arroios, mas ser estendida tanto quanto possível a todas as escolas do Município. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “A Senhora Deputada Luísa Aldim tem tempo cedido pelo PPM” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa, caras Senhoras da Mesa também, Senhores Vereadores, caros Deputados, público presente. -----

----- A 2ª intervenção do CDS, eu gostaria de dedicar aqui algum tempo para a apresentação da Recomendação que apresentamos hoje quanto à instalação de sanitários públicos. -----

----- É um facto que a cidade tem vindo a mudar está mais viva está com muita população a usufruir daquilo que é o espaço público da cidade, também são muitos aqueles que diariamente nos visitam e voltam a visitar, porque gostam de Lisboa. Lisboa tem, de facto, uma luz e uma vivência espetaculares e, portanto, é normal que, cada vez mais, seja um ponto de atração. -----

----- Já nos últimos tempos, o CDS tem vindo a alertar para uma necessidade de aumentar e melhorar as instalações sanitárias existentes em Lisboa, uma vez que é óbvio o aumento da insalubridade que existe no espaço no espaço público, a cidade podia e devia estar bastante mais limpa e tem existido também um conjunto de reclamações apresentadas, quer por comerciantes, quer por residentes da cidade de Lisboa. -----

----- Estas reclamações acontecem, no caso dos comerciantes, por um aumento, obviamente, de pessoas que requerem para usar os seus espaços, no fundo, de utilização, para aquilo que são as suas necessidades, e no ponto de vista dos residentes, porque, obviamente, acaba por haver aqui algum tipo de mau uso do espaço público para esta mesma situação. -----

----- Apresentámos em 2014 uma Recomendação, aprovada pelo plenário, mas, infelizmente, este executivo, nada nada fez para a implementação de sanitários, nomeadamente, na zona do Cais Sodré. -----

----- É importante para nós promover, no âmbito das competências da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, a gestão do espaço público na área dos sanitários e, em particular, nas zonas de maior afluência turística e de animação noturna. -----

----- E nós gostaríamos de ir um bocadinho mais longe nesta matéria, entendemos que a receita que é proveniente da taxa turística poderia ser alocada à melhoria da gestão urbana da instalação de sanitários públicos garantindo e assegurando as regras básicas de higiene e saúde pública. -----

----- Além da Recomendação que aqui apresentamos, gostaríamos também de fazer uma pequena nota sobre a posição do CDS contra outra Recomendação que é apresentada, uma Recomendação tratada pelo PCP, quanto ao fornecimento das refeições escolares com confeção local. Discordamos da sugestão de reversão do

fornecimento das refeições escolares tão somente, porque se a tónica da Recomendação é a qualidade das refeições, não é por ela ser fornecida pelo público ou pelo privado que a qualidade está assegurada. Para nós aquilo que é importante é, obviamente, uma definição das regras e uma fiscalização mais intensiva para assegurar que as refeições escolares são de qualidade e que são devidamente fornecidas às crianças...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu:-----

----- “Senhora Deputada, agora é que terminou mesmo o seu tempo.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito bem, queria só, no fundo, dar esta nota, deixar esta informação, que nesta Recomendação em concreto, vamos pedir a votação de ponto por ponto. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.-----

----- Relativamente ao voto número um apresentado pelo PCP, a saudação à manifestação nacional da CGTP, o Partido Socialista votará favoravelmente, apesar de não se rever nos considerandos deste voto.-----

----- Ainda relativamente a um dos documentos apresentados pelo PCP nesta Assembleia, nomeadamente a Moção número 2, que se refere ao encerramento do posto dos CTT de Xabregas, o Partido Socialista também aqui votará favoravelmente, no entanto, gostaríamos de deixar 2 brevíssimas notas.-----

----- A 1ª das quais lembrar ao PCP que os CTT não foram privatizados por nenhum Governo do Partido Socialista.-----

----- A 2ª nota é que ficaria bem ao PCP estender o apoio que fazem aqui aos cidadãos e aos comerciantes e também à Câmara, à Junta de Freguesia do Beato onde, aliás, fica o posto dos CTT de Xabregas.-----

----- Relativamente à Moção número 8 de limitar os desperdícios de água, apresentada pelo PSD. O Partido Socialista votará, naturalmente a favor mas, Senhora Presidente, há aqui uma questão é que, não há, no nosso entender, a necessidade da criação de um grupo de trabalho, tendo em conta que nós temos uma Comissão Permanente de Ambiente que pode perfeitamente integrar aquilo que é pedido nesta Moção por parte do PSD.-----

----- Relativamente ainda a Recomendações e indo à questão da Recomendação número 6 do PPM, da constituição da *Lisbon Events Commission*, Senhora Deputada, vossa excelência apresenta esta Recomendação e aqui na última Sessão, disse-nos que o PPM esteve fora da Assembleia durante alguns anos. É verdade, de facto, esteve e agora retornou. A verdade é que porém, dá-nos a sensação de que esteve fora também da cidade, porque não tem visto que tem havido um sem número de eventos promovidos pela ATL, pela EGEAC, pela própria Câmara Municipal, a *Volvo Ocean Race*, a Ar.Co, tem havido um sem número de eventos na cidade de Lisboa, aliás, tem

sido hábito desta Assembleia criticar o Partido Socialista e o executivo municipal pela quantidade imensa de eventos que têm sido tomados pelo executivo municipal e, no entanto, vem vossa Excelência aqui propor a constituição de mais uma Comissão. É nosso entendimento que a Câmara Municipal de Lisboa tem sido catalisadora de eventos a nível internacional e tem projetado a imagem de Lisboa a um ponto nunca dantes visto e, naturalmente, votaremos contra, à semelhança, aliás, do já aqui anunciado pela grande maioria das bancadas nesta Assembleia. -----

----- Por fim, ainda relativamente à Moção número 5, apresentada aqui pelo PSD, olhar a educação como um todo, como uma verdadeira igualdade de oportunidades apresentada pelo PSD, nós votaremos contra, em complemento àquilo que já foi aqui há pouco dito por parte do Bloco de Esquerda e em complemento à informação prestada pela Senhora Presidente da Mesa, de facto, todos nós podemos vir aqui dizer aquilo que quisermos e sobre este assunto, para além dos já esquecimentos aqui citados, o PSD esquece-se também que o Município, para implementar esta medida de gratuitidade dos manuais escolares, foi o Município presidido pelo então atual ex-Presidente e ex-Vereador Fernando Seara, em Sintra e, portanto, onde estava o PSD, nessa altura, quando criticou, aliás, quando apoiou essa medida. -----

----- Mais, estranha-se que venha agora alegar uma tal inconstitucionalidade que já aqui vimos, não tem qualquer sentido quando, na verdade, não há uma oferta de livros, mas trata-se de uma questão de empréstimo, de uma reutilização, de facto, aqui não se trata de tratar os ricos e de os pobres, enfim, nós no Partido Socialista temos um fim que é não acabar com os ricos, nós queremos é acabar com os pobres Senhores Deputados. Portanto, nós não deixaremos de votar contra porque não faz qualquer sentido esta Moção. -----

----- Para finalizar, a Moção 4 pela defesa da democracia na Catalunha, o Bloco de Esquerda, naturalmente, já aqui apresentou esta Moção. Genericamente, o Partido Socialista é a favor de tudo aquilo que vem referido nesta Moção nos seus pontos deliberativos, mas o Partido Socialista não confunde a árvore com a floresta e, portanto, nós votamos contra porque nós, naturalmente, defendemos a ordem constitucional espanhola, nós defendemos que Espanha é parte integrante do quadro jurídico da União Europeia e defendemos um diálogo democrático num Estado de direito, a ordem constitucional, a unidade territorial da Espanha e, naturalmente, da União Europeia, por isso não vos podemos acompanhar e votaremos a favor da União Europeia, a favor da unidade territorial daquele que também é o nosso Estado e votaremos contra a vossa Moção. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingos (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, profissionais da comunicação social aqui presentes, minhas Senhoras e meus Senhores.-----

----- O ano 2017 ficará tragicamente marcado na história do nosso país, como tendo sido um ano em que faleceram mais pessoas em virtude dos incêndios florestais. Sendo também de registar a elevada área ardida que se estimava no final do passado

mês de Outubro em cerca de 506 mil hectares de floresta, mato e terrenos agrícolas. Desta tragédia nacional, os Bombeiros a par dos restantes agentes de proteção civil foram verdadeiros heróis que, em muito, contribuíram para mitigar o drama associado aos incêndios.-----

----- Os Bombeiros da cidade de Lisboa, profissionais e voluntários, combateram incêndios em todo o país em locais longínquos como, por exemplo, Viana do Castelo, Montalegre, Vila Nova de Foz Côa, Mação, Abrantes, Crato, para não falar dos trágicos incidentes de Pedrógão Grande, bem como aqueles que ocorreram entre os dias, 15 e 16 de Outubro nos distritos de Coimbra, Leiria, Aveiro e Viseu. -----

----- Todo o exposto é de todo merecedora a saudação apresentada pelo PPD/PSD relativamente aos Bombeiros da cidade de Lisboa, verdadeiros heróis que em muito engrandeceram o nosso concelho e a quem muito devemos. Tenho dito.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, eu compreendo que isto é uma 1ª vez para muitos Senhores Deputados e que esta gestão do tempo é muito difícil, a Senhora Deputada já só tem 21 segundos e, portanto, vai ter que ser super sintética e tenho aqui um pedido do PPM também queria intervir e que também não tem tempo, veja se alguém lhe dá algum tempo.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Gonçalves (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais e Senhores Vereadores. -----

----- A Recomendação 003/02 pela proibição de copos de plástico descartáveis e por um plano de redução de plástico em Lisboa, enquadra-se na urgência global descarbonização e redução de plástico em todo o planeta. Pretendemos nós também que Lisboa seja uma cidade sustentável, autossuficiente e descarbonizada na linha da frente do combate ao desperdício e às alterações climáticas. Começamos com uma Proposta específica numa questão relativa ao desperdício de copos de plástico encontrados frequentemente pelo chão nas imediações dos estabelecimentos comerciais. Assim, após alterações, conforme sugestões de outros Grupos Municipais propomos que a Câmara Municipal de Lisboa, junto do Governo e da Assembleia da República pela proibição de utilização de copos de plástico descartáveis nos estabelecimentos comerciais e também que a Câmara Municipal de Lisboa elabore um plano para redução de plástico em Lisboa. Muito obrigada. Conclui.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Senhora Presidente cede-nos um minuto do seu tempo e ou aproveitar, simbolicamente, para lhe agradecer as obras que fez na casa de banho dos homens, lá em baixo porque, em tempo em que se fala em poupança de água, eu sou Deputado Municipal nesta casa desde 2009, e aquilo que acontecia lá, de facto, era um crime e esta medida que teve durante as férias é de louvar. -----

----- Relativamente, às Moções, começando pelo PCP na estação ferroviária de Santa Apolónia, dizemos que aqui o que vamos votar contra, aquilo que está previsto é a abertura de um concurso público para concessão parcial, mantendo toda a atual estação ferroviária, o terminal e não afetando as várias valências, portanto há a instalação, efetivamente, de uma unidade hoteleira, mas vai permitir requalificar a estação e contribuir para a qualidade, a vivência social da estação através de novas valências, não podemos, em especial, nesta fase ter a ilusão que os recursos financeiros chegam para tudo, é preciso fazer opções e esta parece-nos uma escolha racional e perfeitamente aceitável. Não achamos que seja um passo para o encerramento, mas bem pelo contrário, é um passo que vai permitir a valorização do património e afastar esse mesmo encerramento. -----

----- Relativamente aos Bombeiros da cidade de Lisboa queremos saudá-los, como é óbvio, e queremos saudar também o investimento que foi feito nos últimos anos, houve efetivamente um aumento da capacidade de resposta e Lisboa é, hoje em dia, um exemplo do país inteiro, formando as chefias dos outros Municípios. Esta capacidade que temos, hoje em dia, este mérito não surgiu do nada, foi conquistado estratégico e politicamente e acho que nesta fase, temos que deixar aqui uma palavra de elogio ao antigo Vereador Carlos Manuel Castro, por todo o trabalho que fez durante este período. -----

----- Os Bombeiros merecem as condições que têm é nosso dever continuar a contribuir para que estes nossos soldados vejam a sua a qualidade de atuação melhorada. -----

----- Relativamente à ADSE para todos é o que nós temos a dizer, é que recordar que, anterior que o Governo anterior aumentou a comparticipação dos associados de 1,75 a 3,5% do seu salário e terminou com a comparticipação da entidade patronal e lamentamos que este PSD repita agora a farsa de ter uma postura na oposição diferente e absolutamente inconciliável com a postura que teve no poder. -----

----- Ainda no campo do PSD falando acerca da habitação social dizer que já existe um grupo de trabalho dentro da Comissão de Habitação, agora a 5ª, na altura até coordenada pelo Deputado Municipal Miguel Graça, mas dizer, em especial, que vindo do PSD, os considerandos que lá estão são absolutamente inaceitáveis na medida em que o PSD tem uma grande responsabilidade no cenário social que lá descreve. Por outro lado a Gebalis não tem como objetivo a promoção de direitos sociais e de emprego. Paralelamente a isto, temos de lamentar que reduza a zero os trabalhadores da Gebalis, nós não podemos aceitar isso, achamos que são trabalhadores exemplares no cumprimento da sua missão que é, refira-se, uma missão que vem no âmbito daquele que é o plano de ação da Gebalis e não é um plano de ação social, na medida em que em Lisboa, isso é responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. -----

----- Continuando ainda, na parte do PCP, relativamente às refeições escolares, votaremos a favor. É uma área que nos é especialmente sensível, socialmente querida, mais escolas em Lisboa como as de Campolide, as dos Olivais e de Benfica que têm confeção local, têm, no caso dos Olivais, por exemplo, a questão de recorrer a

alimentos biológicos, tem também todas as vertentes, destas 3 juntas, pratos vegetarianos e, portanto, nós temos de louvar esta mudança que está a haver e em muitas escolas em que isso ainda não acontece, há uma plano com a Câmara. Agora temos é que deixar uma crítica às Freguesias de Lisboa que, recebendo esta competência da Câmara Municipal de Lisboa continuam apenas a exercer a função de fiscais mantendo os sistemas de *catering* que tinham antigamente. Menos alimentos processados, mais frutas, mais legumes, mais alimentos biológicos, é este o caminho que Lisboa tem de seguir.-----

----- Relativamente ao PAN e ao Regulamento Municipal de Saúde e Proteção do Bem-Estar Animal dizer que já está em curso, a ser elaborado, pela provedoria dos animais e, por isso votaremos, também, contra.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu:-----

----- “Senhor Deputado, desculpe interromper, só dizer que tem um minuto cedido pela Câmara Municipal de Lisboa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Relativamente ao Bip Zip dizermos que votaremos a favor, mas que é importante que o PSD comece também a louvar, aquela que é a ação da Câmara e aqui estão a propor algo que já está a ser feito. Da mesma forma que, depois, na questão das cargas e descargas, recomendávamos um bocadinho mais de atenção, porque se por um lado recomendam algo que já está a ser feito, aqui recomendam a revisão de um regulamento que já não está em vigor e, por isso, nós teremos que votar contra.-----

----- Para terminar, Senhora Presidente relativamente ao 25 de Novembro, dizer que vemos esta Moção como uma provocação, tal a forma infame como pretendem rescrever a história. Nós temos memória e achamos que nem o rejuvenescimento da bancada do CDS justifica aquilo que escreveu. O nosso voto será contra, não vamos permitir que passem por uma tentativa de dividir, mais uma vez, agora 2017, aquilo que a história uniu num dos momentos mais importantes nossa democracia.-----

----- Curiosamente já o PSD que não diz a mesma coisa, bem pelo contrário, acaba por ser muito mais razoável e até cita ironicamente, ou não, Álvaro Cunhal. Nós vamos, obviamente, votar a favor da Moção do PSD, porque é absolutamente distinta da outra e nós queremos aqui um caminho de união e vamos excluir apenas aqueles que rejeitam, que a rejeitam, e que querem dividir.-----

----- Para terminar, o Grupo Municipal do Partido Socialista tem de lamentar profundamente que, passados tantos anos, ainda haja aí, tem lugar nesta casa, este rescrever faccioso da história. Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luis Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.-----

----- Em 1º lugar, dar nota do compromisso que o PSD afirmou com a cidade e afirmou também com os restantes órgãos autárquicos, tem continuidade nesta Sessão

da Assembleia Municipal, fruto disso um conjunto de Propostas e medidas políticas que cá trazemos e que, curiosamente, têm gerado aqui um misto de emoções.-----

----- Por um lado, no âmbito da habitação social, o PCP sabe que tem que se dirigir, concorda, e que há razão para desenvolver, mas por qualquer motivo desconfia de eventuais pressupostos escondidos nos termos que o PSD apresenta. É uma pena! Já o Partido Socialista vive em negação e com esse com esse resultado infelizmente sofrem as pessoas dos Bairros Sociais. -----

----- Mas não posso deixar de me referir por fim à questão que se tornou inevitavelmente uma questão de referência, o PSD decidiu apresentar, depois de conhecer o conteúdo da Moção do CDS-PP, decidiu apresentar uma Moção própria sobre o 25 de Novembro, porque entende exatamente o seguinte: o teor da construção que está na Proposta faz um revivalismo destrutivo daquela preocupação que o 25 de Novembro tentou trazer, que é o de unir um País estava à beira da catástrofe e nós não podíamos retomar a esse momento reescrevê-lo e arremessá-lo contra as restantes forças políticas.-----

----- O 25 de Novembro, é um momento de união, de consagração dos valores da democracia moderna portuguesa e, sobretudo, sobretudo, um momento de pluralidade e, por isso, Senhora Presidente também nesse espírito de pluralidade tenho que lhe pedir que esta questão dos tempos seja revista, porque fica aqui um desequilíbrio muito grande entre a capacidade de intervir, sobretudo quando há ou não tolerância por parte da Mesa. -----

----- E para terminar Senhor Presidente, e terminou mesmo, com sua condescendência, dar-lhe nota que se esta Casa é por excelência o palco da democracia participativa da Cidade de Lisboa, tem que ser alvo de uma atitude responsável por parte dos agentes políticos que aqui procuram representar quem nos elegeram e, por isso, um apelo para que de futuro, sobretudo sobre memórias e sobre a vivência histórica do nosso País não se promovam mais escritos que têm como base uma visão redutora e destrutiva daquilo que, na realidade representa um momento histórico e de união nacional. Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, chegámos ao fim, naturalmente, dos 60 minutos que nos limitam, são de Lei, não são regimentais, mas, naturalmente o Grupo de Trabalho do Regimento poderá visitar a maneira como estes tempos são distribuídos e poderá, enfim, aliviar um pouco este este *stress*. -----

----- Seja como for, Senhores Deputados, queria lembrar aos Senhores Deputados que nós temos hoje uma Sessão com muitos documentos em votação e isso é que tornou mais difícil esta gestão dos tempos e vamos então ainda, antes de passar às votações há um último tempo da Câmara Municipal de Lisboa e eu pergunto aos Senhores Vereadores se têm algum esclarecimento a dar, porque é nessa qualidade que podem usar da palavra, esclarecimentos relativamente ao que foi dito. -----

----- Senhora Vereadora Paula Marques.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, boa tarde a todos e a todas.-----

----- Muito sucintamente esclarecer que em relação à Moção do PPD-PSD em relação à habitação social, reforçar aquilo que já foi dito agora, já existe um grupo de trabalho na agora 5ª Comissão, que tem a articulação com a Câmara Municipal, com os serviços da Câmara e com a GEBALIS.-----

----- Por outro lado, acho que temos que reduzir o trabalho da GEBALIS e dos seus trabalhadores e trabalhadoras a zero, como está nos considerando desta Proposta, é algo que nós não acompanhamos, nem acompanharemos alguma vez.-----

----- Dizer também que a competência de intervenção social e de apoio social na Cidade de Lisboa saberá, com certeza, o Senhor Deputado que tem funções delegadas pela Segurança Social na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, não é essa a função da Gebalis, no entanto, evidentemente que todos os contributos para melhorar o funcionamento das Empresas Municipais são bem-vindos, volto a dizer, no seio do Grupo de Trabalho da Comissão da 5ª Comissão, mas deixar só como nota que em relação à degradação ou deterioração da qualidade de vida dos nossos concidadãos que vivem na Habitação Municipal, dizer-lhe que não foi, de certeza, da responsabilidade da Gebalis nem da Câmara Municipal de Lisboa, o corte de salários, o corte de prestações sociais, o aumento do desemprego e tão-pouco o aumento de rendas, que a população dos Bairros Municipais e dos Bairros de Habitação Social geridos pelo Estado na Cidade de Lisboa sofreram com aquilo que foi o aumento e a aplicação da Lei 81 que felizmente agora foi corrigida Senhor Deputado. De certeza que esses, que essa ação que tanto contribuiu para a deterioração daquilo que é a qualidade de vida dos nossos concidadãos, certeza que isso não foi responsabilidade nem da GEBALIS nem da Câmara Municipal de Lisboa, isso é responsabilidade do anterior Governo PSD/CDS. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Vereadora.-----

----- Senhores Deputados, Senhores Vereadores vejo o Senhor Vereador Sá Fernandes a fazer-me sinal, já só tem 14 segundos Senhor Vereador para dar algum esclarecimento que tenha sido solicitado, faça o favor de o prestar, mas a Mesa não dará tolerância de tempo.”-----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu agradeço as palavras do PSD em relação às Moções, mas não se pode dizer, é que não haja trabalho feito, porque há trabalho feito em todas as matérias, nas nascentes, as fontes não são ineficientes. Temos feito vários investimentos nos Espaços Verdes, na biodiversidade e, portanto, há uma continuidade de trabalho que no fundo vem reforçar aqueles documentos que entretanto foram aprovados. É só isto.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador vai ter mesmo que concluir, peço desculpa. -----

----- Senhores Deputados chegámos ao fim das intervenções com esta dificuldade da Mesa gerir, e dificuldade vossa também de gerimos estes tempos, mas cá chegámos ao fim e agora vamos às votações e eu vou pedir ajuda, porque posso-me atrapalhar, mas espero que não. -----

----- Vamos pôr por ordem primeiros os Votos, depois as Moções e depois as Recomendações, conforme vos tinha assinalado todos os documentos têm 1º num conjunto de algarismos 003 que é a Reunião de hoje, que é a 3ª., e depois têm um segundo número, mas eu para simplificar vou dizer Voto1, Voto 2, Voto 3, Voto 4, Voto 5 e não vou dizer sempre 003- 1, 003, eliminando o número da Reunião aqui na enunciação, o que torna isto mais rápido. -----

----- Sendo assim, se perceberam todos o que eu disse a temos 7 Votos, dos quais um já foi votado, foi o Voto de Pesar e portanto, temos 6 Votos para votar. -----

----- Vamos começar pelo que foi apresentado em primeiro lugar, é um Voto do PCP. -

----- **VOTO Nº 003/01 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – VOTO DE SAUDAÇÃO AOS À MANIFESTAÇÃO NACIONAL DA CGTP- IN”.** -----

----- (O Voto de Saudação 003/001 fica anexado a esta Ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante) -----

----- O **Voto de Saudação n.º 003/001** foi **aprovado por maioria**, votos contra do CDS-PP, PPM e MPT, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, 8IND. -----

----- O CDS-PP indica que quer fazer uma declaração de voto, uma declaração de voto” -----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “*Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que se abstiveram no Voto acima referenciado por considerarem que:* -----

----- 1. *Por princípio o CDS-PP não saúda manifestações ou greves por entender que não têm nada de extraordinário, estando esses direitos consagrados na Constituição.*

----- 2. *Notamos a habilidade do BE em falar do congelamento de carreiras sem mencionar o Governo PS/Sócrates, verdadeiro responsável por esse ato.*-----

----- 3. *O CDS-PP comunga de algumas preocupações dos professores considerando que não era possível revertê-las durante os anos da troica.” -----*

----- **VOTO Nº 003/02 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – VOTO DE SAUDAÇÃO A TODOS OS TRABALHADORES DA SAÚDE”.** -----

----- (O Voto de Saudação 003/00 fica anexado a esta Ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----

----- O **Voto de Saudação n.º 003/002** foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do CDS-PP, PPM, PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, 8IND. -----

----- **Voto N.º 003/03 – (apresentada pelo Grupo Municipal do BE) – Voto de Saudação à Luta dos Professores”**. -----

----- (O Voto de Saudação 003/003 fica anexado a esta Ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tenho dúvidas porque falou que ia haver aqui uma alteração mas não me chegou cá á Mesa a alteração, era uma referência à data mas precisava que me explicitasse exatamente qual é a alteração porque não a tenho aqui, peço desculpa. -----

----- Portanto, o ponto deliberativo, Saudar a Luta dos Professores, o que está entre vírgulas é para ser retirado, retiramos isto tido e ficamos só com “Saudar a Luta dos Professores pela Dignificação da Profissão e pela Contagem de Tempo de Carreira”, muito bem, eu não tinha percebido o que é que era para cortar. -----

----- Vou novamente dizer o que é que se passa, há uma alteração da redação, os considerandos são os mesmos e depois a parte deliberativa fica apenas assim: “Saudar a Luta dos Professores pela Dignificação da Profissão e pela Contagem de Tempo de Carreira para a Progressão das Carreiras”. -----

----- Vamos então pôr à votação este Voto 003/03 do Bloco de Esquerda de Saudação aos Professores com uma alteração na redação do ponto n.º. 1, que é o ponto conclusivo, onde se fazia uma referência concreta à greve e manifestação do passado dia 15, essa referência desaparece e fica só “Saudar a Luta dos Professores pela Dignificação da Profissão e pela Contagem de Tempo de Carreira para a Progressão das Carreiras.” É isto que fica e é isto que vamos votar. -----

----- O CDS-PP e o MPT indicam que querem fazer uma declaração de voto. Uma declaração de voto do CDS-PP” -----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “*Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram contra no voto acima referenciado por considerarem que:* -----

----- 1. *Por princípio o CDS-PP não saúda manifestações ou greves por entender que não têm nada de extraordinário, estando esses direitos consagrados na Constituição.* -

----- 2. *No presente caso trata-se de um ataque ao anterior Governo CDS/PSD e a «décadas de políticas de direita», onde se inclui o Partido Socialista, por parte de um partido que apoia o atual executivo socialista.” -----*

----- **O Grupo Municipal do MPT** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “*O Grupo Municipal do Partido da Terra eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 57º do Regimento da AML, fazer constar da Acta da Reunião realizada no dia 21 de*

Novembro de 2017 a sua declaração de voto referente ao Voto 003/03 – (com a seguinte epígrafe) “Saudação à Luta dos Professores”. -----

----- A referida Saudação mereceu o Voto de Abstenção deste Grupo Municipal, com o seguinte fundamento:-----

----- Pese embora o Partido da Terra – MPT, tenha como pilares basilares o humanismo e as causas sociais, e por isso ser solidário com as reivindicações da classe docente, não pode, no entanto, corroborar com a pretensão de que a progressão na carreira dos professores, seja consubstanciada através de greves e/ou manifestações.” -----

----- O Voto de Saudação n.º 003/03 foi aprovado por maioria, não há votos contra, abstenções do CDS-PP, PPM, PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, 8IND. -----

VOTO N.º 003/04 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – VOTO DE SAUDAÇÃO AOS BOMBEIROS DA CIDADE DE LISBOA”. -----

----- (O Voto de Saudação 003/04 fica anexado a esta Ata como Anexo IV e dela faz parte integrante) -----

----- O Voto de Saudação n.º 003/04 foi aprovado por unanimidade, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

VOTO N.º 003/05 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP) – VOTO DE SAUDAÇÃO “42 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO 1975”.---

----- (O Voto de Saudação 003/05 fica anexado a esta Ata como Anexo V e dela faz parte integrante) -----

----- O Voto de Saudação n.º 003/05 foi rejeitado, votos contra BE, PEV, PCP, 8 IND, PS e PSD, abstenções do PAN, votos a favor do CDS-PP, MPT e PPM. -----

----- O BE indica que quer fazer uma declaração de voto oral, fica já registado o pedido de uma declaração de voto oral, mas eu peço que as Declarações de voto sejam feitas no final da votação, porque há várias votações aqui e há várias Declarações de voto orais que já foram pedidas. -----

----- Temos um outro voto sobre o mesmo assunto, apresentado pelo PSD.-----

VOTO N.º 003/07 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – VOTO DE SAUDAÇÃO “42 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO 1975”.-----

----- (O Voto de Saudação 003/07 fica anexado a esta Ata como Anexo VI e dela faz parte integrante) -----

----- O Voto de Saudação n.º 003/07 foi aprovado por maioria, votos contra BE, PEV, PCP, 8 IND, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN e PPM.-----

O Grupo Municipal do PCP apresentou, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Nos termos do n.º 4 do Artigo 63º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, o Grupo Municipal do Partido Comunista Português apresenta a seguinte declaração de voto:-----

----- O Grupo Municipal do PCP votou contra os Votos nºs 003/05 e 003/07, ambos de saudação aos “42 anos do 25 de novembro de 1975”, apresentados na 1ª Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lisboa realizada no dia 21 de Novembro de 2017, porque, na verdade, representam um enorme descaramento por parte dos proponentes, tentando na prática reescrever a história sem respeito pela verdade factual e política. -----

----- Para além de serem omitidos factos que ligam diversas personalidades da direita portuguesa, algumas delas fundadores e militantes dos partidos de direita, que pertenceram mesmo a governos e outras instituições da ditadura fascista em Portugal, omitem-se também factos como o assassinato de cidadãos portugueses na manhã de 25 de Abril de 1974 por parte da PIDE, a polícia política da ditadura apoiada por diversas personalidades de direita no pós 25 de Abril de 1974, omite-se também o recurso ao terrorismo e ao golpismo, por parte de gente ligada à ditadura fascista que tudo fez para impedir a construção da democracia política em Portugal, colocando bombas em sedes de partidos políticos de esquerda, nomeadamente do PCP, partido que se destacou na luta contra a ditadura fascista, pela liberdade e pela democracia em Portugal e que viu também militantes seus assassinados pela designada rede bombista depois do 25 de Abril de 1974. -----

----- Hoje, por via de documentos desclassificados dos serviços secretos dos EUA, dos processos de investigação da Polícia Judiciária Portuguesa, do jornalismo de investigação feito em Portugal sobre o assunto e por via de livros publicados sobre os acontecimentos nos anos seguintes à Revolução de Abril, temos notícias sobre o envolvimento de diversas pessoas e personalidades destacadas da política nacional e de membros das forças armadas e de segurança envolvidas de forma mais ou menos disfarçada com as ações terroristas desenvolvidas nessa época pela então designada rede bombista. -----

----- Também, as saudações apresentadas persistem na omissão de factos como o assassinato, agressões e espancamentos de cidadãos por parte de militantes identificados ideologicamente com o fascismo português, pelo simples facto de pertencerem a etnias diferentes, orientações sexuais diferentes e por serem militantes de partidos políticos de esquerda, como o PCP. -----

----- Ainda, os votos de saudação em apreço persistem na omissão do crescendo de forças neo-fascistas na Europa, na construção de muros de intolerância e na participação da UE em guerras de agressão. -----

----- Estas omissões colocam objetivamente os proponentes desses documentos na posição de herdeiros morais de tudo aquilo que omitem. -----

----- O voto contra do PCP constitui-se assim numa saudação a todos os resistentes antifascistas portugueses e a todos os cidadãos portugueses assassinados pela rede bombista que tentou, pelo terrorismo, impedir a construção da democracia portuguesa, e junta-se a todos aqueles que, hoje, lutam contra a intolerância, o racismo, o ódio e a guerra em Portugal, na Europa e no mundo.” -----

----- **MOÇÃO Nº. 003/01 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “EM DEFESA DA ESTAÇÃO DE SANTA APOLÓNIA”.** -----

----- (A Moção 003/01 fica anexada a esta Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Municipal pede para votar por pontos, para destacar qual ponto? Destacar o ponto 4. -----

----- Senhores Deputados, eu sugeria que o ponto 5 não fosse votado e que esta norma passasse a vigorar para a frente, as remessas, não vale a pena estarmos a votar as remessas e portanto vamos votar agora os primeiros 3 pontos desta Moção sobre Santa Apolónia

----- **Os 3 primeiros Pontos da Moção n.º 003/01 foram aprovados por maioria**, votos contra PS, abstenções CDS-PP, votos a favor do PSD, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- **O Ponto 4 da Moção n.º 003/01 foi rejeitado**, votos contra 8 IND e PS, abstenções CDS-PP e PPM, votos a favor do PSD, PCP, BE, MPT, PAN, PEV.-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “*Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que se abstiveram na Moção acima referenciado por considerarem que:*-----

----- 1. *Não existe nenhuma alternativa para a linha do Norte pelo que é impossível extinguir a Estação de Santa Apolónia.* -----

----- 2. *O número de funcionários da REFER (atualmente integrada na Infraestruturas de Portugal), que ocupava uma pequena parte das instalações ferroviárias foi transferido para o Pragal onde usufruem de melhores condições de trabalho.*-----

----- 3. *Em abstrato não se antevê incompatibilidade entre o funcionamento ferroviário de Santa Apolónia e a existência de uma unidade hoteleira, nos pisos 1 e 2 virados para o rio.* -----

----- 4. *Contudo, desconhecendo-se o projeto para a unidade hoteleira entendemos que o mesmo deve ser facultado, quanto antes, à AML para análise e um melhor pronunciamento das forças políticas.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra prosseguiu:

----- “Vamos prosseguir Senhores Deputados agora com a Moção n.º 003/02”. -----

----- **MOÇÃO N.º 003/02 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “NÃO ENCERRAMENTO DOS CTT DE XABREGAS”**,-----

----- (A Moção 003/02 fica anexada a esta Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- Há um aditamento no Ponto 3, peço a vossa atenção, da parte deliberativa onde está “solicitar à Câmara Municipal de Lisboa uma posição pública e firme”, ficar “solicitar à Câmara Municipal de Lisboa e à Junta de Freguesia do Beato”, portanto, é o aditamento que foi pedido. Está claro para todos?” -----

----- **Moção n.º 003/02 foi aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções CDS-PP e PPM, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, 8IND. -----

----- **MOCÃO Nº. 003/03 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE) – “PELA VALORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE EM LISBOA”.** -----

----- (A Moção 003/03 fica anexada a esta Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante)-----

----- Tenho que assinalar que há um pedido de separação por alíneas, não é isso? A alínea a), muito bem. -----

----- Então é a Moção que leva o número 3, a alínea a) que é “Reiterar ao Governo a necessidade de acautelar as opções em matéria de cuidados de saúde e património, cultura e ciência, conforme o ponto 2 e 3” e tal e tal. -----

----- **Alínea a) da Moção n.º 003/03 foi aprovada por maioria**, votos contra PCP e PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, MPT, PAN, PPM, 8IND. -----

----- **Moção n.º 003/03, exceto a alínea a), foi aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- A Alínea d) que é para remeter a estes e aqueles, não a votamos, conforme está dito anteriormente. -----

----- **MOCÃO Nº. 003/04 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE) – “PELA DEFESA DA DEMOCRACIA NA CATALUNHA”.** -----

----- (A Moção 003/04 fica anexada a esta Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- **Moção n.º 003/04 foi rejeitada**, votos contra CDS-PP, MPT, PPM, PSD e PS, não há abstenções, votos a favor do PCP, BE, PAN, PEV, 8IND. -----

----- O CDS-PP, PPM, o MPT indicam que querem fazer uma declaração de voto por escrito. O PCP apresenta declaração de voto, oral” -----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- **“Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram Contra a Moção acima referenciado por considerarem que:** -----

----- 1. *Como prova o histórico das intervenções do CDS-PP nesta Assembleia não acompanhamos propostas de ingerência em Estados democráticos e amigos de Portugal, salvo se estiverem em causa os Direitos Humanos.* -----

----- 2. *No caso concreto, a Espanha é um estado soberano, com um poder judicial independente, onde são respeitadas as leis internacionais e os Direitos Humanos.*-----

----- 3. *Inclusive, demonstramos estranheza pelo facto de Bloco ser tão intransigente – e bem – na defesa da Constituição Portuguesa mas achar que a espanhola já pode ser violada.*-----

----- 4. *Nesse sentido, o CDS-PP faz votos para que os espanhóis saibam resolver os seus diferendos em paz, democracia e no respeito pelas leis vigentes.”*-----

----- **O Grupo Municipal do MPT** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- **“ O Grupo Municipal do Partido da Terra eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 57º do Regimento da AML, fazer constar da Ata da Reunião realizada no dia 21 de**

Novembro de 2017 a sua declaração de voto referente à Moção 003/04 - “Pela Defesa da Democracia da Catalunha”. -----

----- *Esta Moção mereceu o Voto Contra deste Grupo Municipal, com o seguinte fundamento:* -----

----- *O Partido da Terra-MPT reconhece que todos os povos têm direito a pronunciarem-se sobre o seu destino coletivo, no entanto num Estado de Direito a expressão desse desejo coletivo deve ser exercido de acordo com a Lei e a Constituição.*-----

----- *Face ao exposto, o Partido da Terra-MPT, entende que o referendunm convocado pelo Governo Catalão no passado dia 1 de Outubro do corrente ano, violou a Constituição e a Lei do Estado Espanhol, no qual se integra (para o bem ou para o mal) a região autónoma da Catalunha, constituindo um ato ilegal que só causou enormes prejuízos á economia catalã, e uma fratura na sociedade catalã de difícil reparação.* -----

----- *Por tudo isto, o MPT rejeita a moção apresentada pelo BE que em nada tem a ver com a Defesa da Democracia da Catalunha.”*-----

----- (O Grupo Municipal do PPM não apresentou a declaração de voto por escrito.) ---

----- Quanto à Declaração de Voto oral do PCP ela será feita no fim das votações, juntamente com as outras declarações de voto orais-----

----- **MOÇÃO N.º 003/05 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – “OLHAR PARA A EDUCAÇÃO COMO UM TODO, COMO UM VERDADEIRO VEÍCULO DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES”.**-----

----- (A Moção 003/05 fica anexada a esta Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- **Moção n.º 003/05 foi rejeitada**, votos contra BE, PEV, PCP, IND, PS, PAN, abstenções do CDS-PP, MPT, PPM, votos a favor do PSD. -----

----- Peço desculpa, não façamos diálogo, isto já é suficientemente exigente do nosso lado para a gente não cometer erros e o CDS-PP fará uma declaração de voto, por escrito. -----

----- **MOÇÃO N.º 003/06 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – “ADSE PARA TODOS”**-----

----- (A Moção 003/06 fica anexada a esta Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- **Moção n.º 003/06 foi rejeitada**, votos contra PS, PCP, PEV, IND, abstenções do BE, votos a favor do PSD, CDS-PP, MPT, PAN e PPM.-----

----- **MOÇÃO N.º 003/07 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – “UM FUTURO PARA A HABITACÃO SOCIAL”**-----

----- (A Moção 003/07 fica anexada a esta Ata como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **Moção n.º 003/07 foi rejeitada**, votos contra PS, IND, PEV, PCP, 2 MPT, abstenções do BE, votos a favor do PSD, CDS-PP, MPT, PAN e PPM. -----

----- **MOÇÃO N.º 003/08 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – “LIMITAR DESPERDÍCIOS DA ÁGUA”** -----

----- (A Moção 003/08 fica anexada a esta Ata como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante)-----

----- **Moção n.º 003/08** foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções IND, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM. -----

----- O MPT pede para fazer uma declaração de voto por escrito da Moção que acabámos de votar.-----

-----Terminámos as Moções agora entramos no capítulo das Recomendações à Câmara Municipal. -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 003/01 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “ PELA EXIGÊNCIA DE FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES ESCOLARES COM CONFECCÃO NO LOCAL”** --

----- (A Recomendação 003/01 fica anexada a esta Ata como **Anexo XV** e dela faz parte integrante)-----

----- O Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, Rui costa tem escusa de votação, pelo motivo já invocado. -----

----- Pedem-me também a votação por pontos, são 4 pontos diferentes, pergunto se são todos eles que têm que ser separados? Os 4 todos separados. Certo. -----

----- **O Ponto 1 da Recomendação n.º 003/01** foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções PSD, votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND.-----

----- **O Ponto 2 da Recomendação n.º 003/01** foi **aprovado por maioria**, votos contra do CDS-PP, PPM e MPT, abstenções PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV e IND.-----

----- **O Ponto 3 da Recomendação n.º 003/01** foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções CDS-PP, MPT, PPM, PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV e IND.-----

----- **O Ponto 4 da Recomendação n.º 003/01** foi **aprovado por maioria**, votos contra do CDS-PP, MPT e PPM, abstenções PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV e IND.-----

----- O CDS-PP fará uma Declaração de Voto por escrito. O MPT fará uma Declaração de Voto por escrito. O Senhor Deputado do PSD quer fazer uma Declaração de Voto, oral, no fim. -----

----- **O Grupo Municipal do MPT** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- *“O Grupo Municipal do Partido da Terra eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 57º do Regimento da AML, fazer constar da Ata da Reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017 a sua declaração de voto referente à Recomendação 003/01 – (com a seguinte epígrafe) “Pela exigência do fornecimento do serviço de refeições escolares com confeção no local”.* -----

----- *Recomendação esta que mereceu, uma votação diferenciada por parte deste Grupo Municipal, com os seguintes fundamentos:*-----

----- Ponto 2 e Ponto 4 – Voto Contra, pelo facto do Partido da Terra considerar que a “confeção no local”, ou seja, a confeção de alimentos no próprio estabelecimento de ensino poderá implicar sérios riscos de higiene e de segurança alimentar, atento ao facto dos mesmos não terem equipamentos e/ou instalações próprias para esse efeito, ou cujas instalações e/ou equipamento não sejam os mais adequados, devendo-se outrossim, apostar na fiscalização do trabalho e refeições prestadas pelas entidades contratadas, no sentido de garantir a respetiva qualidade.-----

----- A qualidade, aspetos e requisitos nutricionais, higiene e segurança alimentar, independentemente do ordenamento legal já existente e claramente aplicável à prestação das refeições escolares, deverão no futuro ser expressamente previstos nas Cláusulas Técnicas dos Cadernos de Encargos, dos Procedimentos Concurrais, que conduzam à contratação (preferencialmente através de Concursos Públicos e não de Ajustes Diretos), das entidades a quem sejam adjudicados os fornecimentos dessas refeições.”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que abstiveram nos pontos 2, 3 e 4 da Recomendação acima referenciado por considerarem que:-----

----- 1. Mais uma vez o PCP denota um preconceito ideológico que o leva a confundir mau serviço com empresas privadas;-----

----- 2. Não é por ser executada por empresas privadas que a qualidade é pior e não é garante que a confeção local não tenha falhas;-----

----- 3. Cada entidade escolar deve pugnar pela liberdade de escolha, em relação ao prestador do serviço de confeção;-----

----- 4. O CDS-PP é pela liberdade de escolha pelo que defendemos a confeção no local, independentemente do serviço ser prestado pela escola ou externalizado, cumprindo os níveis exigidos de qualidade e segurança alimentar.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Quanto as Declarações de Voto orais juntem aquilo que tiverem para dizer das votações que entenderem, porque é só uma oral por cada Grupo Político.-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º. 003/02 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DOS IND) – “PELA PROIBIÇÃO DOS COPOS DE PLÁSTICO DESCARTÁVEIS E POR UM PLANO DE REDUÇÃO DO PLÁSTICO EM LISBOA”**-----

----- (A Recomendação 003/02 fica anexada a esta Ata como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante)-----

----- Esta Recomendação foi apresentada por dois Deputados Independentes, mais concretamente a Senhora Deputada Patrícia Gonçalves e o Senhor Deputado Paulo Muacho, pedem uma alteração na redação, na alínea a) onde estava “Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa: a) que aprove uma proposta de proibição, em de “aprove uma proposta de proibição” era substituir esta expressão “aprove” por “pugne junto do Governo e da Assembleia da República pela proibição”, portanto, é isto que faz parte da redação que vamos pôr à vossa consideração. Está claro para todos? É

preciso repetir? Em vez de sermos nós a aprovar aqui estamos para a assembleia e o Governo que tomam esta decisão em geral.-----

----- **A Alínea a) da Recomendação n.º 003/02 foi aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções CDS-PP, PPM, MPT, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV e IND.-----

----- **A Alínea b) da Recomendação n.º 003/02 foi aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções PPM, MPT, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV e IND.-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º. 003/03 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “PROMOÇÃO DE ESPÉCIES AUTÓCTONES”** -----

----- (A Recomendação 003/03 fica anexada a esta Ata como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos pôr à votação mas eu peço para nós não pomos à votação o Ponto 4 que é a remessa às entidades.-----

----- **Recomendação n.º 003/03 foi aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções 6 IND, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 2 IND. -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º. 003/04 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO O LEÃO DE ARROIOS”** -----

----- (A Recomendação 003/04 fica anexada a esta Ata como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante)-----

----- (Há escusa de votação da parte do Deputado Municipal Rui Costa- BE)-----

----- **A Recomendação n.º 003/04 foi aprovada por unanimidade dos votantes**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º. 003/05 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “FÓRUM LISBOA- UMA REFERÊNCIA AO NÍVEL DE EFICIÊNCIA AMBIENTAL”** -----

----- (A Recomendação 003/05 fica anexada a esta Ata como **Anexo XIX** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Recomendação n.º 003/05 foi aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º. 003/06 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PPM) – “CONSTITUIÇÃO DA LISBON EVENTS COMISSION”**-----

----- (A Recomendação 003/06 fica anexada a esta Ata como **Anexo XX** e dela faz parte integrante)-----

----- Penso que havia aqui uma alteração, aliás, são duas. Eu vou passar a ler quais são as alterações porque não foram distribuídas, foram entregues na Mesa. -----

----- No ponto n.º. 1 é um aditamento, onde estava “recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a constituição urgente da *Lisbon Events Comission*” acrescentar o seguinte:

“enquanto Gabinete da CML que se dedica a agilizar licenças e taxas”, isto é o primeiro aditamento. -----

----- Depois há uma segunda alteração, mas essa é apenas formal, no ponto 3.3 é um aditamento também. No ponto 3.3 o aditamento é a seguir a “planear um evento na nossa cidade” acrescentar “ em articulação com as estruturas já existentes”.-----

----- São estas as alterações que são feitas no número 1 e no número 3. Está claro para todos o que vamos votar? -----

----- A **Recomendação nº 003/06** foi **rejeitada**, votos contra do MPT, PSD, PS, IND, BE, PEV e PCP, abstenções PAN, votos a favor do CDS-PP e PPM. -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 003/07 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) – “CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO QUE TENHA POR MISSÃO A ELABORAÇÃO DE UM REGULAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE, PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL”**-----

----- (A Recomendação 003/07 fica anexada a esta Ata como **Anexo XXI** e dela faz parte integrante)-----

----- A **Recomendação nº 003/07** foi **rejeitada**, votos contra do PS e 6 IND, abstenções 2 IND, MPT, votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV e PPM. -----

----- O MPT apresentará uma Declaração de Voto ora, será apresentada no final. Eu no final darei a palavra às Declarações de voto orais.-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 003/08 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) – “POR UM PLANO DE AÇÃO PARA ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS”**-----

----- (A Recomendação 003/08 fica anexada a esta Ata como **Anexo XXII** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação n.º 003/08** foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções IND, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM. -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 003/09 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – “BIP-ZIP 2020 – O FUTURO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM LISBOA”**-----

----- (A Recomendação 003/09 fica anexada a esta Ata como **Anexo XXIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação n.º 003/09** foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções PCP, PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, MPT, PAN, PPM e IND. -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 003/10 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – “AS CARGAS E DESCARGAS DA MOBILIDADE DE LISBOA”**-----

----- (A Recomendação 003/10 fica anexada a esta Ata como **Anexo XXIV** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação n.º 003/10** foi **aprovada por maioria**, votos contra PS, não há abstenções, votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PEV, PAN, PPM e IND. -

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 003/11 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – “A SECA NO PAÍS E OS ESPAÇOS VERDES EM LISBOA”**-----

----- (A Recomendação 003/11 fica anexada a esta Ata como **Anexo XXV** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação n.º 003/11** foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções do IND e PCP, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, MPT, PEV, PAN e PPM.-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 003/12 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP) – “INSTALAÇÃO DE SANITÁRIOS PÚBLICOS”**-----

----- (A Recomendação 003/12 fica anexada a esta Ata como **Anexo XXVI** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação n.º 003/12** foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PEV, PAN, PPM e IND.-----

----- Senhores Deputados, agora vamos dar a palavra para Declarações de Voto a todos os Senhores Deputados que pediram, eu não sei se vou dar pela ordem que foi pedida para as Declarações de Voto orais, penso que a Senhora Deputada Aline tinha pedido logo ao princípio, antes de começarmos estas votações disse que queria fazer uma Declaração de Voto oral.-----

----- Senhora Deputada Aline de Beuvink pode fazer a primeira Declaração de Voto oral.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- *“Boa tarde, obrigada pela palavra, queria primeiro fazer uma declaração de voto em relação a saudação do PCP, se querem defender os trabalhadores, as horas de trabalho e a reposição de ordenados tem um bom remédio, é não aprovar na Assembleia da República o Orçamento está proposto.*-----

----- *Em relação à Moção 4, do BE, muito havia para dizer. É verdade que o PPM defende a autodeterminação dos povos, mas a Moção do BE contém alguns erros, ia gastar todo o meu tempo aqui se fosse enumerá-los e um deles chegou, acho que é o mais grave, é dizerem que foi dissolvido o Parlamento. Afinal de contas, a Presidente e o Parlamento ainda estão em funções, mas mais do que isso é o facto de achar uma incongruência não terem a mesma posição na Assembleia da República, poderiam fazer isso, mas o nosso voto não é a favor porque só votaríamos a favor se realmente passassem a ser coerentes e também fossem favoráveis à libertação, essa sim, do jogo despótico presente em países como a Venezuela, a Coreia do Norte ou Cuba, isto só para começar.*-----

----- *Em relação ao Senhor Deputado PS só tenho a dizer que a nossa intenção era ter uma ...”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Deputada, isto é uma Declaração de Voto, não é uma intervenção, é para explicar a razão do voto.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** prosseguiu, oralmente, com a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Sim, sim, eu estou a declarar! É uma estratégia plena e não fazer como é apanágio da Câmara em várias que se questões, por exemplo, no urbanismo que vai ao sabor de determinado risco, em vez de uma visão estratégica de fundo.*-----

----- *Por fim em relação à contagem dos votos aqui na Assembleia, com tanto assessor e Secretário do Secretário, infelizmente é a coitada da Senhora Presidente que tem que fazer a contagem dos votos sozinha. Muito obrigada.*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Deputada, é a responsabilidade da Mesa apurar os resultados e anunciar os resultados, portanto, não há coitados aqui, peço desculpa de estar a reagir, peço desculpa de estar a reagir, nós fazemos o nosso trabalho da melhor maneira que somos capazes.-----

----- Vamos prosseguir. Senhores Deputados vamos prosseguir, há vários Senhores Deputados que pediram declaração de voto oral. -----

----- Vai fazer um Interpelação à Mesa, mas vai-me deixar acabar as declarações de voto? Se não se importa. Acabar as declarações de voto e depois farão as Interpelações e chamarão à atenção da Mesa do que entenderem. -----

----- Vamos acabar. Quem é que mais tinha pedido declarações de voto? O Senhor Deputado Correia do PCP- IND, tinha obrigação de saber porque já tivemos já tivemos um Presidente que era o Senhor Deputado Fernando Correia Afonso, portanto, era fácil lembrar-me que é um nome importante, vamos e Senhor Deputado tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP- Independente)** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “*Neste caso é sobre a Catalunha, digamos que a Moção do Bloco de Esquerda e a nossa declaração é a seguinte: perante a gravidade das medidas repressivas que atingem dirigentes políticos e membros do Governo Regional da Catalunha, o PCP considera que tais medidas constituem uma inaceitável manifestação de intolerância antidemocrática que em nada contribui para a solução da complexa questão nacional de Espanha antes tenta complica-la e agravá-la.*-----

----- *O PCP expressa a sua preocupação quanto à instrumentalização da questão Catalã para uma vez mais sufocar justos sentimentos e de identidade nacional e reforçar posições centralistas autoritárias, tão do gosto do grande capital espanhol. --*

----- *O PCP observa com preocupação que a escalada de factos consumados e a ausência de uma solução política democrática tende a escamotear as graves consequências sociais da política do Governo de Madrid, dirigido pelo PP, assim como do Governo Catalão.* -----

----- *O PCP condena firmemente a promoção de valores nacionalistas reacionários e a ação de setores fascistas franquistas que, durante dezenas de anos, oprimiram os*

povos de Espanha, situação tanto mais preocupante quando ela se insere na deriva securitária que a União Europeia está a limitar e a atacar direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos. -----

----- *O PCP considera necessário que no respeito pela Constituição da República Portuguesa os órgãos de soberania de Portugal de modo algum acompanhem e alimentem, como lamentavelmente o Governo assumiu, qualquer deriva autoritária do Governo e do Estado Espanhol.* -----

----- *O PCP reitera a opinião que a solução para a questão nacional em Espanha deverá ser encontrada no plano uma solução política que integre no quadro de uma resposta mais geral, que assegure os direitos sociais e outros direitos democráticos dos trabalhadores e dos povos de Espanha, incluindo do Povo Catalão.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- *Senhores Deputados, eu lembro que temos uma eleição a decorrer na sala ao lado, no foyer pequeno, ao vosso direito, aqueles que ainda não foram votar aproveitem enquanto estamos a fazer declarações de voto para o fazer, porque temos que ter quórum naturalmente na votação e vamos pedir a declaração de voto seguinte. -*

----- *A Senhora Deputada Inês Sousa, se faz favor.*” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

-----“*Muito obrigada relativamente à nossa Recomendação para a aprovação do de um grupo multidisciplinar que trabalhe no regulamento Municipal de Bem-estar Animal esclarecer aqui o Senhor Deputado do P S que efetivamente faz-me muita confusão como é que o Partido Socialista vem aqui propor que seja a Provedora a elaborar um Regulamento quando estamos a falar de poderes consultivos e meramente recomendativos, sendo o órgão executivo a Câmara Municipal, ainda para mais estamos a falar de um órgão também que é uma instância de recurso e, portanto, os próprios municípios podem não concordar com o teor do regulamento que venha aqui a ser emanado deste órgão, para além do mais, nem sequer tomou posse, portanto, não estando sequer em funções, parece-me que é um atirar de areia para os olhos de quem estava nesta sala para calar o não aprovarem o regulamento e, portanto, como os animais não têm voz e de facto nós queremos dar aqui voz aos direitos dos animais peço que este assunto não seja mais tratado de forma a leviana e que seja tratado com a seriedade que nos merece.* -----

----- *Posto isto e porque estão aqui, de facto, vários representantes do Executivo Municipal apelo que sejam tomados em consideração estes esclarecimentos e a diferença de poderes entre os órgãos que efetivamente podem ou não criar este grupo multidisciplinar para que sejam ouvidos os médicos veterinários municipais, a proteção civil, os serviços tido jurídicos e todos aqueles interlocutores que podem dar um importante contributo para o Regulamento Municipal, obrigada.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Obrigada Senhora Deputada. Senhor Deputado Rui Costa tem a palavra para uma Declaração de voto oral em nome do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Senhora Presidente, se houver oportunidade, ainda evito o requerimento que se faria de seguida.* -----

----- *A declaração de voto é relativo aos votos do CDS e do PSD alusivos ao 25 de Novembro de 75, o CDS insiste ano após ano e o PSD, com menos regularidade, em vir a esta Assembleia com o voto de saudação ao 25 de Novembro, sempre procurando centrar esta data à instauração de um regime democrático em Portugal, mas secundarizando o 25 de Abril, essa sim, data fundacional do regime democrático, ainda que iniciando um período de transição em si mesmo democrático pela devolução dos mais elementares direitos fundamentais ao povo português.* -----

----- *Ainda que sem órgãos de soberania diretamente eleitos foi o 25 de Abril de 74 que nos devolveu as liberdades políticas de expressão ou de imprensa e que extinguiu os mecanismos de repressão de um Estado Novo caduco que caiu de estúpido! Foi ainda na sequência do 25 de Abril de 74 que foram convocadas umas eleições livres e democráticas para uma Assembleia Constituinte onde, aliás, o CDS teve a oportunidade de concorrer e democraticamente votar contra a Constituição, então aprovada a 2 de Abril de 76, não foi o 25 de Novembro que vos deu isso, mas o 25 de Abril de 75, mas o 25 de Novembro de 75 é, como já vimos aqui uma data marcante e polémica, não consensual.* -----

----- *O CDS permite-se vir aqui ainda que preservando talvez hipocritamente menções ao 25 de Abril de 74, colocar 25 de Abril num papel central!”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“ Senhor Deputado, eu peço desculpa, eu pedia que o Senhor Deputado não usasse expressões que possam ser consideradas ofensivas, portanto, retire-lhe o “hipocritamente”.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** prosseguiu, oralmente, a sua **Declaração de Voto:**-----

----- “*Se ofendi porventura, Senhora Presidente, e peço desconto no tempo e aproveitamento para dar explicações, não é porque seja meu timbre, mas é, de facto, estou profundamente chocado e o meu Grupo Municipal também o está com o teor, com o teor da Proposta do CDS.* -----

----- *Mas que perceba o CDS e que percebe o PSD que vir comemorar o 25 de Abril seria o mesmo do que em França em vez de se comemorar o 14 de Julho, ou lhe dar o aspeto central em relação à Revolução Francesa, seria comemorar o Thermidor ou seria comemorar o 18 Brumaire 1799, percebam isso e dessas datas não reza a história Meus Senhores!* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“ Senhor Deputados, eu peço desculpa, eu penso que há um equívoco!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** prosseguiu, oralmente, a sua **Declaração de Voto:**-----

----- *“Eu faço-me ouvir Senhora Presidente, como me faria ouvir antes do 25 de Novembro ou antes do 25 de Abril!”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----*“Não é isso”* Senhor Deputado, eu peço desculpa, deve ter havido um lapso!-----

----- Senhores Deputados a Mesa está no uso da palavra, façam o favor de respeitar.---

----- Senhor Deputado é só para dizer o seguinte: é que terá havido um lapso eventualmente, se eu bem entendi na sua expressão porque estava a referir-se ao 25 de Novembro e saiu-lhe 25 de Abril e portanto, pode ter criado aqui um desentendimento na sala, e portanto, eu tenho que dar essa explicação porque o Senhor Deputado pode não estar a perceber uma reação porque pode ter havido um equívoco na linguagem, como isso se verificará na Ata, verificará na Ata.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** prosseguiu, oralmente, a sua **Declaração de Voto:**-----

----- *“Senhora Presidente, com o devido respeito pela Senhora Presidente e das bancadas, eu percebo bem as reações que vão vindo dali!”*-----

----- *Mas para terminar dizer o seguinte: o 25 de Abril dele rezeará a história! O 25 de Novembro será sempre um pormenor dessa mesma história, como foi o Thermidor ou como foi o 18 18 Brumaire e isso por mais Moções que aqui tragam.*-----

----- *Finalmente, Senhora Presidente e para evitar o requerimento só para dizer à Senhora Deputada do Partido Popular Monárquico, que fez aqui há pouco uma declaração de voto justificando o injustificável, que o seu programa para as eleições legislativas em 2015, dizia o seguinte e passo a citar a folhas 199 e 200 se ganharem os partidos independentes da Catalunha.*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----*“Mas isso já não tem a ver com a declaração de voto!”*-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** prosseguiu, oralmente, a sua **Declaração de Voto:**-----

----- *“Já não tem a ver com a declaração de voto? Então vai para requerimento, Senhora Presidente, peço então a palavra!”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“ Senhores Deputados, quem mais é que podia falar da declaração de voto? O PSD pediu para uma declaração de voto oral. Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton.”*-----

----- **O Grupo Municipal do PSD** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- *“Senhor Presidente em primeiro lugar, não posso deixar de recordar com enorme saudosismo a sua evocação ao nosso também saudoso Fernando Correia Afonso.”*-----

----- Depois de indicar que além da declaração de voto oral que iremos fazer, iremos entregar uma declaração escrita, uma declaração de voto escrita relativamente a Recomendação 003/02. -----

----- E relativamente à declaração de voto oral propriamente dita dar nota do seguinte: em primeiro lugar relativamente ao Voto apresentado pelo CDS dizer que a razão pela qual nós votámos contra não é porque votamos contra o 25 de Novembro, é porque votamos contra o texto e, portanto, ficar bem claro que do nosso ponto de vista o texto aqui apresentado não faz boa memória, nem presta um serviço àquilo que 25 de Novembro invoca. -----

----- Em segundo lugar dizer também que, aliás, que o que originou esta reacção perfeitamente despropositada do Bloco de Esquerda. Em segundo lugar dizer também que o BE também faz uma confusão é que nós não temos um feriado no dia 25 de Novembro, Senhora Presidente, nem isso que está aqui a ser posto à discussão, portanto, essa confusão que existe ali um bocadinho mais para o excesso da esquerda declarado. -----

----- Por fim dizer que, na nossa na nossa própria Moção incluímos uma declaração de Álvaro Cunhal, exatamente porque o próprio Álvaro Cunhal reconhece importância do 25 de Novembro e, curiosamente, o PCP de hoje parece não querer olhar para aquilo que o líder fundador deles entendeu como relevante e importante. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado são considerações da sua bancada naturalmente. -----

----- Senhores Deputados, terminámos esta parte, o Senhor Deputado Rui Costa quer um requerimento, eu peço que o faça chegar escrito, já não é necessário ser agora no momento do decurso dos trabalhos, posteriormente, é um requerimento dirigido à Câmara ou dirigir à Mesa? Então se é dirigido à Mesa tem que ser agora naturalmente.

----- Eu lembro que ainda havia meia-dúzia de Senhores Deputados que não tinham votado no Foyer pequeno para a eleição dos representantes e portanto aproveito este espaço para o fazer. -----

----- Faz favor Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Senhora Presidente, não sendo o Bloco de Esquerda uma qualquer polícia ideológica nesta Assembleia, não queríamos deixar de requerer à Mesa que fosse distribuído às bancadas e com especial menção à bancada do Partido Popular Monárquico um documento que vai de folhas 190 a folhas 200, a propósito, é importante ...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Será distribuído o documento, fá-lo chegar à Mesa e será distribuído, -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Só para situar Senhora Presidente, temos 3 minutos para apresentar e á só para citar o seguinte: seguinte dizia o PPM neste programa e isso seguramente que ajudará a declaração de voto escrita que eventualmente façam chegar, dizia o PPM neste programa a folhas 199 “se ganharem os partidos independentistas da Catalunha...” ----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Senhor Deputado, peço desculpa, o Senhor está a pedir para distribuir um documento, Senhor Deputado desculpe, isso é uma forma enviesada de utilizar um requerimento à Mesa para estar aqui a fazer uma nova intervenção.-----

----- Portanto, o Senhor Deputado pede para distribuir, já explicitou que é uma declaração do programa do PPM, essa declaração será entregue, o Senhor Deputado fará o favor. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Conforme, mas neste documento o PPM afirma-se a favor de uma independência Catalã fora do quadro constitucional do Estado Espanhol e é bom que fique claro, porque está...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Está entendida a mensagem. Obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, a Mesa às vezes tem alguma dificuldade de estabelecer qual é a fronteira do que está a ser uma utilização correta, já não vou dar novamente a palavra, Senhora Deputada peço desculpa, do que é uma interpelação correta e incorreta, a senhora Deputada terá muitas ocasiões para esclarecer este ponto.-----

----- A Senhora Deputada pode fazer um requerimento por escrito, se assim o entender, eu peço desculpa, que quer fazer Defesa da Honra? A Senhora Deputada vai fazer a Defesa da Honra, mas, naturalmente, não posso impedir uma Senhora que estava a defender a sua honra era só o que faltava! A Senhora Deputada vai fazer a Defesa da Honra com muito gosto.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline de Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção em Defesa da Honra: -----

----- “Senhor Deputado, é com algum choque quase que vejo Bloco de Esquerda inspirar-se num documento do PPM para propor uma Recomendação, no entanto terei todo o gosto em responder-lhe por escrito, ponto por ponto, para não ocupar o tempo da Assembleia Municipal, ponto por ponto, sobre todos os erros que contém o seu documento, mas que não contém o documento do PPM, porque não é só ler e copiar, há que perceber toda uma questão e, portanto, terei toda a vontade e como muito gosto responder-lhe-ei por escrito e claro, obviamente, distribuirei essa resposta por todos os Membros da nossa Assembleia. Muitíssimo obrigada Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada, certamente ficaremos todos suspensos deste debate intenso que será proveitoso para todos os Senhores Deputados, para todos os Senhores Deputados! -----

----- Vamos Senhores Deputados prosseguir, eu penso que, neste momento poderei encerrar as votações porque já temos quórum na votação que está a decorrer no *Foyer* pequeno, eu pedia o favor de dois Senhores Deputados voluntários, eu vou fazer aqui um apelo à Senhora Deputada Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD), não se importa de ser escrutinadora, ora, eu já sabia que era voluntária, portanto, pergunte aqui para esse lado, o Senhor Deputado Miguel Graça (IND), já temos dois voluntários. -----

----- Da próxima vez farei outra escolha! A próxima vez que for outra escolha, mas aqui foi apenas para lembrar que a Senhora Deputada Rosa Maria quantas vezes esta Mesa pediu escrutinadores no Mandato anterior, portanto, vai agora desta vez experimentar ela essa função e enquanto estes Senhores Deputados escrutinam lá dentro o resultado da votação, nós vamos passar ao Ponto 3. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Vamos passar ao Ponto 3, trata-se de uma proposta apresentada pelo PSD e do Debate Temático sobre Segurança e Qualidade de Vida Noturna na Cidade de Lisboa foi amplamente debatida na Conferência de Representantes, já sofreu várias emendas e acrescentos. -----

----- **PONTO 3 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 001/PSD/2017 - DEBATE TEMÁTICO SOBRE SEGURANÇA E QUALIDADE DE VIDA NOTURNA NA CIDADE DE LISBOA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 39º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS.**-----

----- (A Proposta nº 001/PSD/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXVII e dela faz parte integrante).-----

----- Está ainda aberta a lista para poderem apresentar nomes ou entidades que entendam que fazem sentido neste Debate. O formato a que chegámos é relativamente consensual eu pergunto ao Senhor Deputado Luís Newton se quer apresentar a Proposta, tem esse direito faça favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Público aqui presente. -----

----- A Proposta que o PSD ora traz reveste-se de uma importância que eu consideraria estratégica no momento em que em que atravessamos, não tanto pelas questões têm vindo a público, essas são questões obviamente relevantes, mas não são determinantes na avaliação que nós fazemos, é no entanto importante compreender as consequências e os resultados nefastos que podem resultar deste tipo de situações. -----

----- Em primeiro lugar, deixar bem claro que é nosso entendimento que a Cidade de Lisboa, tendo em vista inclusivamente aquilo que é uma média que nós podemos retirar das restantes cidades europeias, é sem dúvida das mais seguras. -----

----- É também uma das cidades que do ponto de vista turístico tem sido valorizada sistematicamente ao longo dos últimos anos com um crescimento importante do número de turistas que visitam a Cidade e que esperam de Lisboa e dos lisboetas, um conjunto de condições para poderem desfrutar, em paz e em segurança e em harmonia daquilo que é a sua experiência turística, mas mais importante do que eles uma vez mais, Senhor Presidente Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, são os habitantes da Cidade de Lisboa. -----

----- E por isso entendeu o PSD que considerando fundamental podermos tirar lições e compreender o que é que podemos melhorar na Cidade de Lisboa lançar este Debate Temático visava não só discutir questões e matérias relacionadas com a segurança na Cidade, mas, sobretudo compreender o envolvimento e aquela que é a interligação das várias entidades e das várias forças responsáveis por esse mesmo processo. -----

----- E aqui há duas questões fundamentais Senhora Presidente em primeiro lugar a questão da segurança propriamente dita e em segundo lugar da segurança, no período noturno e, em segundo lugar, a questão do ruído e qualidade de vida nesse mesmo período noturno, isto porquê? Porque estes são os aspetos determinantes e que impactam diretamente a qualidade de vida dos cidadãos, a qualidade de vida de quem nos visita e, sobretudo a imagem da nossa querida Cidade e, portanto, Senhora Presidente em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer os inestimáveis contributos que foram feitos pelas várias forças políticas, tanto em sede de Conferência de Líderes, como fora dela, que permitiu melhorar substancialmente a Proposta que nós queríamos apresentar, tornando-a eu diria a mais abrangente do ponto de vista da sua eficácia e promovendo aqui uma maior interação com aquelas que são, de facto, as forças relevantes que, para estas matérias, devem ter uma opinião. -----

----- Daqui devem também resultar um conjunto de medidas, de propostas concretas que visem de alguma forma de proceder e avaliar o caminho que não temos estado a seguir e identificar que caminhos ou que soluções alternativas é que se podem vislumbrar no futuro com vista à redução destes episódios isolados. -----

----- E aqui Senhora Presidente e igualmente relevante, tenho que referenciar a importância da sociedade civil e, por isso é que é aqui na Casa da Assembleia Municipal de Lisboa, uma vez mais, o centro democrático da Cidade de Lisboa que estas matérias devem ser discutidas e apreciadas com envolvimento e participação de todos e com isso assegurar também, por parte das entidades Camarárias responsáveis uma visão integrada com soluções concretas para aplicação direta, por parte da Câmara Municipal, ou para Propostas que se devam fazer no momento da própria legislação a nível nacional e, por isso, Senhora Presidente termino, termino com um agradecimento à Senhora Presidente pela disponibilidade que sempre demonstrou desde o início da apresentação da Proposta e pela compreensão de urgência do próprio tema e de introdução nos Ordem de Trabalhos, estamos certamente gratos, mas mais importante do que isto, estarão certamente os lisboetas gratos à Senhora Presidente. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, a Mesa não regista pedidos de palavra sobre a Proposta e eu queria chamar a vossa atenção para o seguinte: de hoje a uma semana não teremos a Sessão da Assembleia Municipal, não há matéria suficiente e, portanto, não vamos estar a fazer uma reunião só para dizer que estamos reunidos, pelo que teremos depois de 2 Sessões seguidas no dia 5 e no dia 12, são Debate Temático sobre a segurança e qualidade de vida noturna Cidade de Lisboa.-----

----- Eu neste momento não posso dizer-vos exatamente a que horas vão começar essas Sessões porque poderá haver alguma matéria para decidir, mas, em princípio nessas Sessões os nossos trabalhos começarão às 5 ou às 5 e meia, às 17 ou às 17,30h, portanto, é para organizarem as vossas agendas.-----

----- Na próxima semana não há Sessão. Nos dias 5 e 12, teremos sessão às 17 horas ou às 17,30h consoante tivermos só esta matéria ou haja mais qualquer coisa que tenha que ser votada.-----

----- No dia 19, então sim, temos uma Sessão mais longa, com a Informação Escrita do Presidente da Câmara e com mais Propostas para apreciar. -----

----- Senhor Deputados queria também dizer-vos que nos dias 5 e 12 não há a intervenção do Público no princípio da Sessão, uma vez que as sessões são abertas à intervenção do Público no decurso da própria Sessão, portanto, a matéria seguirá o formato que está aqui nesta Proposta. A lista de entidades e nomes que foram indicados ainda está em crescimento, eu julgo que não vale a pena votarmos na Proposta esta lista, é uma lista anexa indicativa, e espero que confiem na Mesa para fazer estes convites, porque umas vezes as pessoas podem, outras vezes não podem e, portanto, julgo que não vamos estar aqui estar nomes, vamos deixar a lista indicativa para a Mesa depois compor, conforme as disponibilidades dos convidados, aquilo que que se irá prosseguir. -----

-----É um debate da maior importância, vamos então pôr à votação a Proposta 001/PSD/2017 nesta versão, sem considerarmos o anexo com os nomes. -----

----- **Voto da Proposta nº 001/PSD/2017 – ‘Debate Temático sobre Segurança e Qualidade de Vida Noturna na cidade de Lisboa’**. A Proposta 001/PSD/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

-----“ Prevejo então vamos ter que vamos ter um trabalho intenso aqui porque esta matéria bastante importante, como muitas outras, mas esta também é e vamos ter um trabalho intenso até ao Natal. -----

----- **PONTO 2 - ELEIÇÃO DE DOIS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA (UM EFETIVO E UM SUPLENTE) EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE LISBOA NO XXIII CONGRESSO DA ANMP, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO PONTO 3 DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ARTIGO 6.º DOS ESTATUTOS DA ANMP, DA ALÍNEA K) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E DO ARTIGO 55º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS**

LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, BEM COMO DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 66.º DO REGIMENTO; POR ESCRUTÍNIO SECRETO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS

----- (A **Proposta de Eleição** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXVIII** e dela faz parte integrante).-----

----- Temos aqui já os Resultados da Eleição, do apuramento da eleição que acabámos de fazer, portanto, foram os seguintes: houve 72 votantes, 48 votos a favor, 6 votos contra e 18 abstenções.-----

----- Portanto, as Senhoras Deputadas candidatas, a senhora Deputada Rute Lima e a Senhora Deputada Carla Madeira foram eleitas respetivamente para efetivo e suplente para o Congresso da Associação Nacional de Municípios.-----

----- Muito obrigada Senhores Deputados.-----

----- Vamos passar ao último ponto da nossa Ordem de Trabalhos, é uma coisa simples, nós no Mandato anterior não fizemos esta Deliberação, mas ela deve ser feita formalmente.-----

PONTO 4 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 005/PAM/2017 - APROVAÇÃO EM MINUTA DO TEXTO DAS DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS N.ºS 3 E 4 DO ARTIGO 57.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, BEM COMO DO PREVISTO NOS N.ºS 4 E 6 DO ARTIGO 34.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 4/2015, DE 7 DE JANEIRO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS.

----- (A **Proposta n.º. 005/PAM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXIX** e dela faz parte integrante).-----

----- Trata-se da Assembleia autorizar que as Deliberações da Assembleia sejam aprovadas imediatamente, sob a forma de Ata em Minuta para poderem ter eficácia imediata, enquanto não temos a Ata *in extencio* aprovada, porque isso às vezes demora tempo e, portanto, já este, é um procedimento normal, mas requer uma votação inicial da Assembleia no sentido de estabelecer esta orientação para o futuro e, portanto, vou para a sua votação.-----

----- **Voto da Proposta n.º 005/PAM/2017** – ‘Aprovação em Minuta dos Textos das Deliberações’, foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND.-----

----- Muito obrigada Senhores Deputados, no dia 5 vamos discutir Segurança e Qualidade de Vida Noturna. Obrigada a todos.”-----

----- A sessão terminou, eram dezoito horas e trinta minutos.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AM/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----
-----A PRESIDENTE -----